

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e dezassete.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos.

Em primeiro lugar queria cumprimentar todos os presentes. Faço votos que estejam a passar esta quadra natalícia com saúde e a recuperar forças para enfrentarmos os desafios que o renascer do nosso Concelho requer.

De seguida vamos dar posse aos Srs. Membros da Assembleia Municipal que não tiveram oportunidade de ser empossados no ato de instalação da Assembleia Municipal do passado dia 27 de outubro, nomeadamente o Sr. Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira.

Neste contexto passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, informou que, nos termos do nº 3 do artigo 44º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade dos eleitos, João Filipe Rodrigues de Brito e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira.

Verificada a identidade e legitimidade dos eleitos, João Filipe Rodrigues de Brito e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-os investidos nas suas funções, podendo conseqüentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa de instalação dos Membros da Assembleia Municipal que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos membros deste órgão tendo-se verificado que não estava presente o Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

Igualmente o Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo estava ausente e apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Américo Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia estava ausente e apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida e Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a Sessão e passamos de seguida à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete.

Há alguma alteração ao teor da ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete?

Não havendo alterações passávamos à votação da ata.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de outubro do ano de dois mil e dezassete, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2018, em 5%.

III - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para autorização de compromissos plurianuais até ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

IV - Apreciação e votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

V - Apreciação e votação, da proposta de concessão de isenção de imposto Municipal sobre transmissão onerosa de imóveis à firma “Eurofranjas Guerra, Lda.”, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

VI - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

VII - Apreciação e votação da proposta de áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 130/2017 de 9 de outubro.

VIII - Ratificação da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para participar no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

IX - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de quatro membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

X - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 3º-D do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado pela lei nº 76/2017 de 17 de agosto, de representação das freguesias do concelho para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

XI - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/2004, de 30 de março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

XII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

XIII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo.

XIV - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

XV - Eleição, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa de Proteção Civil.

XVI - Designação, nos termos da alínea b) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal.

XVII - Designação, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2013 de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

XVIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2018/2021 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2018 e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2018 que, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

XIX - Apreciação e votação da proposta de isenção do IMI dos prédios destruídos pelo incêndio de 15 de outubro de 2017, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Seguidamente a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos nota de um ponto que me parece de alguma relevância: Participei, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, em representação das Freguesias do Concelho, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, no passado dia 9 de dezembro, em Portimão.

Queria dizer-vos que foi aprovada uma Resolução, que está disponível no *site* da Associação Nacional de Municípios, e que convidava todos os que tivessem interesse e disponibilidade para a analisarem.

Para vos aguçar o interesse digo-vos que a Resolução versa temas tão interessantes para a vida autárquica como a temática da descentralização administrativa; A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que condições e requisitos para essa transferência de competências. Relacionado com este tema foi também muito abordada a temática das finanças locais.

Foram também apresentadas algumas comunicações de interesse, porque esta Resolução foi beber o seu conteúdo ao debate prévio e aos documentos que foram apresentados.

Foi aprofundada a temática dos Fundos Comunitários, designadamente o grau de execução do Programa Portugal 2020, e foi recomendada a descentralização na gestão dos fundos.

Também foi abordada a questão, ainda no âmbito dos Fundos Comunitários, do novo período de programação que, não é demais lembrar, nos interessa a todos. Quanto maior for a intervenção, logo de início, das autarquias mais garantias temos que o Novo Quadro Comunitário de Apoio possa responder à satisfação das nossas necessidades.

Como não podia deixar de ser, há um Ponto, que também é objeto de recomendação, sobre o Ordenamento das Florestas e a Proteção Civil.

Há outro Ponto sobre a Regeneração Urbana e a importância das políticas públicas para a habitação.

Também há a temática dos transportes e mobilidade, transferência de competências para as autarquias, e mais uma vez como, com que meios, que recursos técnicos, que recursos financeiros.

A temática da coesão territorial também foi referida como um alerta.

A importância de serem dadas às autarquias condições para terem os necessários e qualificados recursos humanos.

Enfim, foram abordados assuntos diversos.

Esta Resolução faz um conjunto de propostas dirigidas à Assembleia da República, ao Governo e aos Partidos Políticos. Faço aqui uma abordagem muito resumida.

Parece-me um documento de muito interesse que nos prepara para acompanhar esta fase da organização do País e do caminho para a tão desejada rota no sentido da descentralização. Descentralizar, sim! Como? De que maneira? Com que condições?

Considero que quanto maior envolvimento nós tivermos, aos vários níveis, melhores resultados obteremos. Por isso, volto a manifestar o meu desejo para que consultem o documento. É um documento de fácil leitura e que está disponível no *site* da Associação Nacional de Municípios.

Relativamente à desmaterialização da nossa Assembleia Municipal quero informar que irá ser distribuído um documento com o objetivo de darem o vosso consentimento no sentido de fazermos o caminho da desmaterialização. Como sabem há toda uma tendência, e é o caminho correto, para aceder à informação

sem ser em suporte de papel. Não vou estar aqui a repetir o que até já os nossos filhos sabem: É benéfico do ponto de vista ambiental; É uma boa gestão de recursos financeiros.

O documento vai ser distribuído e vocês responderão o que melhor vos parecer.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente todos receberam, como é costume, o mapa com a correspondência expedida e recebida. De qualquer das maneiras há documentos sobre os quais é importante dar uma informação mais concreta.

Referir que a Assembleia Municipal de Mogadouro, na sua cerimónia de tomada de posse, aprovou por unanimidade um Voto de Profundo Pesar a toda a população atingida pelos incêndios florestais do dia 15 de outubro;

Também a Assembleia Municipal de Penela aprovou por unanimidade um Voto de Pesar e Condolências para as famílias enlutadas dos Municípios afetados pelos incêndios de 15 de outubro.

Dar igualmente conhecimento aos Srs. Deputados que recebemos do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a comunicação do envio de iniciativas legislativas nomeadamente: Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal; Campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade destinadas a evitar a ignição de fogos florestais e ações humanas negligentes.

Esta documentação poderá ser consultada pelos Srs. Deputados, se assim o entenderem.

Também foi recebido, ontem à noite, uma proposta da Assembleia de Freguesia de Meruge. Já falei com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge e este assunto será apresentado por ele na altura própria porque, com certeza, há várias pessoas que se vão unir em volta desta proposta.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“De seguida quero propor a aprovação de dois Votos de Pesar pelo falecimento de duas pessoas com muita relevância para o Concelho de Oliveira do Hospital:

O primeiro Voto de Pesar é pelo falecimento do Dr. Francisco Correia das Neves. Um ilustre Oliveirense licenciado em Direito, que se notabilizou muito na sua área profissional e também na vertente literária, com uma vasta obra, tendo também sido Deputado à Assembleia da República antes do 25 de Abril.

Relativamente a esta proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Correia das Neves algum Deputado quer fazer alguma intervenção?

Passaríamos de seguida à votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Correia das Neves.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Francisco Correia das Neves, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O segundo Voto de Pesar, que quero por à consideração da Assembleia Municipal, é pelo falecimento do Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo.

Como sabem o Eng.º Belmiro de Azevedo não é um Oliveirense mas foi uma pessoa importante e com muita relevância para o nosso Concelho. Era o proprietário e o líder da Sonae/Aglom.

Relativamente a este assunto não posso deixar de dizer o seguinte, até porque tenho estado a olhar e, se calhar, neste Salão Nobre haverá meia dúzia de pessoas que serão mais ou menos da minha idade, ou ligeiramente mais velhos, todos os outros são mais novos, e é bom que nos lembremos do seguinte: A Aglom é uma unidade industrial que foi sonhada e construída por Oliveirenses.

Às vezes dou-me conta, com os meus sessenta e quatro anos, nascida aqui ao lado, e sempre com contacto estreito com a minha terra, de que somos um pouco esquecidos. Hoje pensei se falaria neste assunto, ou não? E decidi que falava.

Decidi que falava porque a Aglom foi fruto da iniciativa de empresários Oliveirenses, de homens ligados também a profissões liberais, com a ajuda, porque naquele tempo era preciso ajuda uma vez que havia condicionamento industrial, de Oliveirenses que estavam por Lisboa e tinham influência. Há aqui alguns que se lembram, mas são poucos. Foi a conjugação dessas vontades que

permitiu a criação da Agloma que começou a laborar em março de mil novecentos e sessenta e seis, vai fazer cinquenta e dois anos.

A Agloma foi uma realidade para o nosso Concelho graças à iniciativa de gente da nossa terra.

Depois foi importante, naturalmente, a compra da unidade industrial por um grupo com a dimensão e o potencial da Sonae e que permitiu o seu crescimento e a sua internacionalização, que faz com que Oliveira do Hospital tenha benefícios resultantes de termos uma unidade que cria postos de trabalho, que gera riqueza, que nos dá nome pela positiva.

Eu não ficava bem comigo se não fizesse referência a quem realmente se organizou e apostou, num tempo difícil, para que a unidade industrial existisse na nossa terra.

Já agora um aspeto que eu não vou deixar de dizer, que é o seguinte: Esse grupo de homens, porque naquela época eram só homens, também congregaram a confiança de uma série de pequenos investidores, a Agloma nasceu como uma S.A. (sociedade anónima). Foi essa dispersão de capital que mais tarde possibilitou que a Sonae comprasse a Agloma.

Dito isto ponho à vossa consideração a aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo como líder da Sonae e que naturalmente contribuiu e muito para o desenvolvimento da nossa terra. Proponho também que este Voto de Pesar seja transmitido à sua família.

Pergunto ao Senhores Membros da Assembleia se querem fazer alguma intervenção sobre este assunto?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Queria associar-me às palavras da Sra. Presidente da Assembleia Municipal relativamente à apreciação que fez aos empresários locais que constituíram a Agloma.

Eu tive a oportunidade de dirigir a empresa durante dois anos e meio. Sei o quanto era, de facto, para eles um orgulho ter a Agloma constituída e já com a internacionalização, 35% da exportação era para Inglaterra. Nesta altura já havia a internacionalização da empresa. Claro que com a entrada da Sonae ampliou-se este facto.

Associo-me às palavras da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, como reforço, para dizer que foi iniciativa dos Oliveirenses constituir a Agloma.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º Arménio, muito obrigada pelas suas palavras vividas.

Passaríamos de seguida à votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo, foi aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“De facto, é muito difícil ser empresário! Nem aqueles que tanto fizeram por esta terra que criaram emprego e dinamismo económico merecem uma unanimidade!”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Depois da aprovação dos dois Votos de Pesar, com a respetiva comunicação aos familiares, passaríamos para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Tenho estado a conter-me para não falar na temática dos incêndios mas sei que será um tema necessariamente abordado. Quando falo na temática dos incêndios, estou a referir-me à forma como temos estado a fazer este percurso no sentido do renascimento.

Tenho sentido que os Oliveirenses são gente com fibra e que agarra os desafios.

Tenho tomado contacto com algumas pessoas que me transmitiram como a perda das oliveiras, do azeite, do pinhal, lhes faz diferença na sua economia. Este incêndio e estas perdas, para além do enorme impacto emocional, teve também muito impacto na vida do dia-a-dia das pessoas. Tem impacto no dinheiro que é necessário para pagar os estudos do neto ou do filho. Eu sei bem que viver neste contexto é difícil e quero dizer que é notável sentir como as pessoas vivendo com mágoa a tragédia que nos assolou têm feito caminho e como têm resolvido os problemas. Não podia deixar de manifestar isto aqui neste momento.

Antes de passarmos para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia dou a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Eng.º Rafael Sousa Costa, para apresentação de um Ponto Prévio.

Peço aos Senhores Deputados que formulem as suas intervenções dentro do período regulamentar, que são cinco minutos, porque temos uma ordem de trabalhos extensa e que carece de aprofundamento. Recordo-me, no tempo em que era Deputada Municipal, que quando chegávamos ao Período da Ordem do Dia já estávamos cansados e com vontade de ir embora, e isso é mau! Portanto, vamos procurar ser disciplinados.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, para apresentação do seguinte Ponto Prévio:

“Cumprimento a Sra. Presidente da Mesa e, uma vez que é a primeira vez que a cumprimento, quero desejar-lhe um bom mandato, que seja exercido de forma isenta e imparcial, que é o que todos esperamos.

Pedi este Ponto Prévio essencialmente por três motivos, mas que passaram a dois em virtude de passarem uma folhinha para que a correspondência da Assembleia fosse enviada via *mail*. Portanto, passarão a duas sugestões que eu gostaria de aqui deixar à Mesa da Assembleia Municipal.

A primeira sugestão tem a ver com o horário destas Assembleias: Hoje, como no passado, achamos que a realização destas Assembleias devem ser feitas num horário pós laboral, ou seja sexta-feira à noite ou sábado de manhã. Era esta a primeira sugestão que gostaríamos de deixar.

A segunda sugestão tem a ver com a descentralização da realização destas Assembleias pelas Freguesias porque achamos que é uma forma mais justa de dar conhecimento da atividade política aos Munícipes, desde que, como é óbvio, essa Freguesia tenha condições para acolher a realização da Assembleia Municipal.

São estas as duas sugestões que gostaríamos de deixar à Mesa. Achamos que são sugestões que podem ser levadas a cabo ao longo deste mandato.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Rafael Sousa Costa.

Desde já agradeço os bons votos que me dirige. Tudo farei para estar à altura das expectativas.

Relativamente às sugestões quero dizer-lhe que serão tomadas em boa conta, embora a questão dos horários, eu já percebi, é um tema recorrentemente discutido. Vamos ter de ver o que é o mais adequado. Lembro-me, de quando cá estava, que, realmente, as Sessões da Assembleia eram à sexta-feira à noite, mas depois as Sessões terminavam já de manhã. Depois mudaram! Isso é uma grande discussão mas voltaremos a ela. Fica a sugestão. O assunto tem que ser discutido mas, não é hoje, porque temos que aprovar o Orçamento e temos uma agenda sobrecarregada, mas teremos que voltar ao tema numa outra Sessão.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Falar dos incêndios é um tema que nos dói a todos devido à tragédia que foi.

Hoje trago aqui uma proposta de Voto de Pesar que passo a ler:

“Voto de Pesar pelas vítimas mortais dos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro em Oliveira do Hospital.

Naquele que foi o pior domingo das nossas vidas - o dia 15 de outubro de 2017 - os incêndios provocaram no Município de Oliveira do Hospital um enorme rasto de destruição, com o fogo a devastar 97% da área do nosso território.

Muitas pessoas perderam as suas casas e os seus bens. Muitos dos nossos concidadãos ficaram sem nada e privados de tudo o que, a pulso, tinham conquistado durante toda uma vida.

Infelizmente, algumas famílias vivem ainda momentos de grande angústia pelos seus familiares que foram severamente atingidos pelo fogo ou que ainda se encontram hospitalizados a lutar pela vida.

A todas essas pessoas, desejamos um rápido restabelecimento das suas condições de saúde.

Esta tragédia perdurará para sempre na nossa memória e do nosso povo.

Os prejuízos materiais são, como sabeis, incalculáveis. Mas não há nada pior que a perda de uma vida humana. E, nesta catástrofe que nos atingiu, houve doze que faleceram em consequência dos incêndios, o que provocou uma grande dor e um enorme sofrimento nas suas famílias e em todos nós.

No dia 1 de novembro de 2017, o Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo Camarário, propuseram a edificação do “Memorial 15 de

Outubro”, como forma de homenagem perpétua às vítimas dos incêndios. É um gesto nobre, que aqui queremos enaltecer.

Como forma de aqui prestarmos também uma justa homenagem às 12 vítimas mortais dos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe a aprovação de um Voto de Pesar, como manifestação da sua mais profunda tristeza por este trágico acontecimento.

Com emoção, recordamos aqui os nomes dos nossos concidadãos que faleceram em consequência desta tragédia:

- Andrew James Smiler;*
- António Peres da Costa (Natural de Avô);*
- Cristiana Maria Gouveia Brito;*
- Isilda Freire Mendes Garcia;*
- João André Pires Costa;*
- Maria Celeste Neves Alves;*
- Maria da Graça Viegas Ferreira Costa;*
- Maria Fernanda Tavares Tomás Augusto;*
- Maria Rosa de Lurdes Gouveia Casimiro Marques;*
- Paulo Alexandre Pires Costa;*
- Pedro Luís R. P. Neves;*
- Ramiro Machado Marques Faria.”*

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Esta proposta está, naturalmente, aceite.

Entretanto também foi enviado para a Assembleia Municipal um Voto de Pesar aprovado pela Assembleia de Freguesia de Meruge e por isso gostaria de convidar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge para dirigir a palavra à Assembleia Municipal sobre esse Voto de Pesar e a juntar-se, se assim o entender, a esta proposta feita pelo Sr. Raul Dinis.

Naturalmente que este meu convite é extensivo às outras áreas partidárias, se quiserem fazê-lo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“No dia 22 de outubro de 2017 foi aprovado pela Assembleia de Freguesia de Meruge um Voto de Pesar e de Esperança pelas vítimas dos

incêndios dos dias 15 e 16 de outubro de 2017 mas eu não vejo inconveniente nenhum em nos juntarmos e aprovarmos um Voto de Pesar conjunto.

No entanto, passo a ler o Voto de Pesar aprovado na Assembleia de Freguesia de Meruge em 22 de outubro de 2017:

“Voto de Pesar e de Esperança pelas Vítimas dos Incêndios dos dias 15 e 16 de outubro de 2017.

Os fogos florestais trouxeram de novo a tragédia ao País, atingindo com particular dureza e violência o nosso Concelho e a nossa Freguesia.

Mais de uma dezena de vidas perdidas, milhares de hectares arditos, casas e explorações agrícolas destruídas, centenas de cabeças de gado mortas, fábricas e actividades económicas afectadas, dão expressão real a esses dramáticos e fatídicos acontecimentos, vividos pelas populações nas aflitivas noite e madrugada de 15 para 16 de outubro.

No momento em que tomam posse para um novo mandato autárquico, a Assembleia de Freguesia de Meruge e a Junta de Freguesia de Meruge, endereçam a todas as populações afetadas e aos familiares da vítimas, votos de profundo pesar e a sua mais ativa solidariedade.

Às entidades oficiais, onde nos incluímos, lembrar que é o tempo de cuidar das vítimas, de realizar procedimentos de emergência, em particular assegurando habitação a quem perdeu a sua, de restabelecer comunicações, de recuperar empresas e explorações agrícolas e pecuárias, de repor infraestruturas destruídas ou desactivadas, de dar alimento a quem dele necessita, de ajuda a relançar a vida a quem tudo perdeu, de ação eficaz e concertada para canalizar para o sítio certo os apoios necessários ao restabelecimento dos serviços e do potencial económico.

A Assembleia de Freguesia de Meruge e a Junta de Freguesia de Meruge asseguram que farão tudo o que estiver ao seu alcance para que as populações afetadas, particularmente as da nossa Freguesia, tenham o apoio e os meios para restabelecer as suas vidas e bens.

Os eleitos da Assembleia e da Junta de Freguesia de Meruge, em 22 de outubro de 2017”.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Pergunto se as outras Juntas de Freguesia se querem juntar a este Voto de Pesar?”

A ideia, como já referimos, é fundir este Voto de Pesar da Assembleia de Freguesia de Meruge, que chegou à Assembleia Municipal com um pedido de para ser incluído na ordem de trabalhos mas que chegou extemporaneamente, com o Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Raúl Dinis.

Como todas as Juntas de Freguesia do Concelho se juntam a este Voto de Pesar pelas vítimas mortais dos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro em Oliveira do Hospital vamos passar de seguida à Votação.”

Efetuada a votação foi aprovado por unanimidade a junção dos Votos de Pesar e igualmente foi aprovado por unanimidade o Voto de Pesar pelas vítimas mortais dos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro em Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que me traz aqui são as várias reclamações feitas na Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo a propósito das obras de requalificação da Estrada Nacional 17.

É uma obra de vital importância para o Concelho de Oliveira do Hospital e o resultado da reivindicação do Sr. Presidente da Câmara e de todo o seu Executivo junto do Governo Central.

Esta obra é o final de uma grande injustiça cometida há muitos anos por vários Governos no nosso Concelho porque não davam dignidade àquela estrada. Finalmente temos aqui o final de uma injustiça.

Julgo que neste momento a obra está parada e gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe o que é que se passa?

As obras que se estão a realizar têm elevado risco para a integridade física de peões, automóveis e bens e não deveria ser assim.

Relativamente aos acessos a empresas, propriedades e estabelecimentos comerciais junto da Estrada Nacional 17 julgo que há ali problemas de escoamento de águas que gostaria que fossem vistos.

Era aconselhável que consultassem a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo para nos deslocarmos ao local e verificarmos se é possível resolver alguns problemas nomeadamente águas que se infiltram em propriedades e estabelecimentos.

Estamos a iniciar uma obra que se pretende que decorra o melhor possível, que sirva todos os cidadãos, e que não deixe problemas. Gostava que

isso fosse tido em conta e que nos contactassem também para podermos dar o nosso contributo nomeadamente no troço da estrada que passa na Freguesia de Nogueira do Cravo.

Em relação à sinalética nas Estradas Municipais julgo que tem de haver um virar de página. A sinalética tem de ser substituída o mais rapidamente possível porque está em mau estado, grande parte ardeu. Esta substituição da sinalética é de grande interesse público.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao encerramento do SAP entre as vinte horas e as oito horas e fins de semana, o PSD entende que:

A presente alteração foi realizada à revelia de todos os Oliveirenses e ocultada, propositadamente, em período eleitoral, porque a decisão estava tomada desde abril, data em que foi assinado o protocolo pelo Sr. Presidente da Câmara e demais responsáveis pela Saúde no Concelho.

A nossa questão tem única e exclusivamente a ver com o bem-estar das pessoas do concelho, por isso, perguntamos:

Quais as razões que levaram à alteração do sistema?

O que foi feito para criar as condições necessárias e suficientes para que a Fundação Aurélio Amaro Dinis, pudesse absorver este serviço?

Que recursos, ao nível técnico e humano, médicos, enfermeiros ou equipamentos, tem a Fundação para garantir o bom funcionamento do serviço de atendimento permanente entre as vinte e as oito horas, feriados e fins de semana?

Nós queremos e exigimos que o acesso à Saúde seja igual para todos, em situação de emergência. O serviço público dá-nos essa garantia, já o mesmo, não podemos dizer do privado, pelo menos para já.

Será preciso fazer mais uma marcha silenciosa para que os governantes deste país ouçam as pessoas de Oliveira do Hospital, já que o Sr. Presidente, nas costas delas, faz acordos desta natureza?

Será este o processo revolucionário que o Sr. Presidente tinha para o Concelho?

Pois, o PSD defende um serviço de atendimento público, vinte e quatro horas por dia, para os Oliveirenses, tal como foi feito no passado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que felicite a Mesa e que deseje as maiores felicidades no exercício do seu mandato.

Embora não queira aqui falar do fogo porque já deu para perceber que não devemos falar muito nisso mas não posso deixar em claro sem agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a forma como ele se juntou à população, ora de dia, ou de noite, tentando resolver algumas situações nomeadamente o abastecimento de água ao domicílio recorrendo a geradores para garantir o seu fornecimento. Por isso, o meu muito obrigado.

Também queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao seu Executivo, e a todos os que trabalharam e apoiaram para que a aldeia de Rio de Mel fosse candidata ao concurso promovido pela Fundação Inatel à Rede das Aldeias dos Sonhos.

Em boa hora o fez porque a aldeia do Rio de Mel foi a vencedora e por isso nós este ano recebemos o testemunho da aldeia que o ganhou no ano passado e para o ano seremos nós a passar esse testemunho à aldeia vencedora de 2018. Por isso o meu muito obrigado por essa iniciativa.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Depois da catástrofe que abalou este Concelho no passado dia 15 de outubro é tempo de começar a fazer renascer este Concelho.

Assim, sei que muitas medidas já foram tomadas por este Executivo para minorizar os prejuízos das pessoas vítimas de tal tragédia.

Espero que este Executivo tenha tido um critério bem definido para tratamento de igualdade para com todas as vítimas, quer sejam empresas, quer sejam pessoas singulares.

Sei que esta autarquia tem a funcionar um gabinete de apoio aos empresários. Assim, gostaria de saber quantos empresários recorreram a esse gabinete e qual foi o resultado prático do apoio prestado e o qual o desenvolvimento que dele surgiu?

Para a reconstrução de edifícios quantos projetos já foram apresentados, quer para a reconstrução de casas de habitação, quer de empresas?

Se o Executivo tem em consideração na reabilitação dos edifícios, isentar de taxas a entrega de projectos?

Se tem em vista isentar os edifícios ardidos da taxa de IMI?

Na aquisição de edifícios ou terrenos para instalar indústrias se têm em atenção a isenção do IMT?

No que se refere também à reconstrução das queijarias, todos terão de ter igualdade de tratamento, definindo critérios para que haja transparência em todos os atos.

Queria também alertar este Executivo, que volvidos mais de dois meses sobre a tragédia que ocorreu, não se encontra reposta a sinalização vertical nas Estradas Municipais e outras da responsabilidade do Município.

Nota-se que junto das estradas deste Concelho ainda não se começaram a abater as árvores que põem em perigo o trânsito nas vias, já que as mesmas estão em risco de cair para as vias, e já que os terrenos se encontram instáveis com as chuvas.

É de todo o interesse dar uma nova imagem ao Concelho tornando-o mais aprazível e menos negro.

Queria também associar-me ao que aqui foi referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo no que diz respeito à obra a realizar na Estrada Nacional nº 17, principalmente nas Vendas de Galizes onde se verifica um grande lençol de água em frente da empresa TransOliveira. Antes de serem feitas essas obras já existia esse problema. Agora, que já fizeram as obras naquele local, continua a existir o problema. Será que a autarquia não pode dar solução àquele problema já que põe em perigo a circulação automóvel, inclusive a dos peões?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Vamos ter mais quatro anos pela frente e tenho a certeza que todos nós, começando por quem nos representa ao mais alto nível, vamos fazer renascer o Concelho de Oliveira do Hospital.

Vem isto a propósito de reconhecer todo o trabalho aqui desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. O trabalho do Presidente da Câmara é reconhecido entre os pares, é reconhecido pela população, é reconhecido pelos governantes, é reconhecido pelas diferentes entidades e é também reconhecido pela grande maioria da população na qual, com muito orgulho, eu também me incluo.

Felicitar também o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua reeleição como Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra cuja votação foi feita por unanimidade.

Enaltecer a capacidade reivindicativa do Executivo, que só é possível porque tem o Presidente da Câmara que tem, o nosso José Carlos Alexandrino.

Enaltecer o seu posicionamento estratégico, o seu prestígio em várias áreas e em várias situações e em todos os momentos.

Digo-vos que vale mais tudo isto que aqui referi do que a ingratidão de alguns. Já ouvimos aqui hoje, e de certeza que o voltaremos a ouvir, o PSD que quando está no Governo só defende o privado e quando vai para a oposição defende que o público é que é bom. Não conheço ninguém mais troca-tintas e vira casacas. É impossível viver com isto! Olhem-se ao espelho, se faz favor!”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que eu teria de fazer aqui uma breve consideração, por razões óbvias, à questão da Educação no nosso Concelho. Sou professora, muitos saberão.

Há que salientar as coisas positivas que se fazem no Concelho num momento em que a nossa sociedade procura talentos.

Oliveira do Hospital tem bastantes talentos e a prova disso têm sido os concursos que têm sido ganhos pelas escolas do nosso Concelho, nomeadamente a Eptoliva - Escola Profissional de Tábua e Oliveira do Hospital e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

A Eptoliva ganhou recentemente o Concurso Nacional das melhores PAP e esta escola destaca-se pelo seu contributo na promoção de excelência do Ensino Profissional. Esta edição foi promovida pela Rede Maior Empregabilidade e foi ganho este prémio na Conferência Nacional que decorreu no passado dia 18 na Fundação Calouste Gulbenkian.

Obviamente que este mérito deve-se ao trabalho dos nossos alunos, dos professores e da direção das escolas.

O Município apoia todas estas iniciativas sempre que solicitado.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital é de salientar também o prémio Jorge Paiva que ganhámos em dois escalões no ano letivo transato.

Este prémio no âmbito da biodiversidade e da preservação da natureza intitula-se “Escola com Responsabilidade Ambiental” e pretende homenagear o Professor Doutor Jorge Paiva, reconhecido Biólogo Botânico.

A nossa escola tem-se empenhado e tem ganho estes prémios.

Esta situação reflete que temos potencial nas nossas camadas mais jovens e que devidamente motivados pelos seus professores e pelas suas escolas conseguem chegar longe.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eu hoje vim para esta Assembleia assim um bocadinho como V^a. Exa. dizia há pouco, muitas vezes não sabemos se devemos verbalizar, ou se não devemos verbalizar, um conjunto de situações.

É sabido, é do conhecimento público, que no tempo a seguir aos incêndios eu e um conjunto de pessoas de Oliveira criámos uma Associação. Não vale a pena ter o “elefante” na sala e não falar do “elefante”. Eu falo e não há problema nenhum de “partir porcelana”.

Criámos essa Associação com um espírito cívico de preocupação de pessoas que tinham sido lesadas. Devo dizê-lo, porque acho que é importante ser do conhecimento público, até por determinadas críticas de que tenho sido alvo por pessoas com responsabilidade política, que fui um bocadinho empurrado porque não era minha vontade, como é do conhecimento que também devia ser público, fui um bocadinho empurrado por essas pessoas, mas abracei a causa com enorme solidariedade entre nós, com enorme abnegação, com enorme vontade de contribuir, em conjunto com aqueles que tinham sido lesados e com vítimas, para uma causa que eu acho que é uma causa apartidária, uma causa que nos deve unir a todos nós, independentemente da cor partidária que tenhamos. E ninguém, ainda para mais ser criticado por pessoas que têm representação política, ninguém deve diminuir o outro pelo facto dessa pessoa ter um partido político. Ainda percebo isso menos, vindo de pessoas que têm atividade política diária. Percebo isso numa sociedade civil descontente, numa sociedade civil que não se revê nos políticos, numa sociedade civil que tem alguma dificuldade em sentir que os partidos são uma caixa-de-ressonância dessa mesma sociedade civil, mas, merecer críticas de pessoas que têm representatividade política ainda custa mais!

Eu acho que o argumento, e foi sempre um argumento e uma crítica que eu aceitei, e aceito, porque acho que é legítima, uma crítica de tentativa de aproveitamento político e de procura de protagonismo para aproveitamento político futuro, é justa!

Eu sempre fui dirigente partidário mas apesar de ser dirigente partidário sempre tive vida cívica fora dos partidos.

Sou empresário, essa é a minha primeira profissão e será provavelmente sempre a minha primeira profissão, mas sempre gostei de participar politicamente e de deixar o meu contributo.

Mas admito que essa crítica é justa. Deixa de perder validade a partir do momento em que eu digo, em que eu reconheço, que não serei candidato a nenhum cargo político nas próximas eleições autárquicas, nem nas próximas eleições legislativas.

Portanto, quem me possa querer acusar de tentativa de oportunismo ou de aproveitamento político acho que morre aí o argumento.

Mas há algo mais grave do que isso! Porque se fosse só por aí, acho que nem vale a pena verbalizar nada, mas quando os argumentos dos responsáveis políticos locais que merecerão uma resposta pessoalizada quando eu estiver livre e a descoberto de não causar danos àqueles que agora represento com inteira legitimidade porque me foi conferido o mandato por eles, quando eu estiver livre, a resposta será pessoalizada e dura. Disso não abduco e chegará esse tempo, certamente.

O que eu não percebo é o ataque pessoal, a calúnia pessoal, com o claro objetivo de denegrir o caráter de outrem, de pessoas que vivem aqui junto a nós, de pessoas com quem quase acabamos por ter um ambiente familiar, onde todos nos conhecemos e todos conhecemos a vida uns dos outros. E a minha vida é conhecida. A forma como eu construí a minha empresa e as dificuldades que tive de enfrentar são conhecidas. Acho que não merecia isso! E fico-me por aqui, agora.

Mas não ficará por aqui, porque quando as pessoas têm responsabilidade política, quando têm funções de representatividade política, deviam ter um bocadinho mais de caráter, um bocadinho mais de elevação, um bocadinho mais de cuidado, um bocadinho mais de dignidade. Isso, infelizmente não tem existido da parte de alguns que têm funções de representatividade política.

Depois, num segundo ponto, para pedir ao Sr. Presidente da Câmara, e eu elogio o papel dele, e temos falado muito nos últimos tempos sobre o que aconteceu a Oliveira do Hospital e outros Concelhos, e a Associação sempre foi bem recebida e acarinhada por ele. Devo dizer que em outros Concelhos onde temos ido, porque a Associação hoje tem uma representatividade geográfica em vários Concelhos da região, não é uma Associação só de

Oliveira do Hospital. Infelizmente não há uma Associação só de Oliveira, porque a tragédia não foi só em Oliveira também foi em outros Concelhos.

É uma Associação que representa mais de vinte familiares de vítimas mortais, o que também me entristece muito particularmente, e, aí, a situação e a injustiça do que aconteceu ainda é mais dura para essas pessoas.

Dizer que a Associação tem sido acarinhada em todo o lado, tem sido acarinhada em todos os Concelhos e, pelo Sr. Presidente da Câmara, também.

Quero pedir ao Sr. Presidente da Câmara, porque acho que uma das grandes injustiças que tem acontecido para com a tragédia de outubro, e eu tenho referido isto na Comunicação Social porque acho que é fundamental. Nós só temos o palco mediático para afirmar a nossa reivindicação e para conseguir eliminar um conjunto de injustiças que vão grassando nos apoios a esta região. O Sr. Presidente da Câmara também já o fez, e eu não vou abdicar de o fazer, e continuarei a fazê-lo até que a voz me doa e que sinta que tenho capacidade para isso.

Uma das injustiças que tem grassado, e peço ao Sr. Presidente da Câmara que a verbalize, até porque é importante, e porque na tragédia de junho a determinado momento o Sr. Presidente da Câmara de Castanheira de Pera também o fez, e acho que era importante fazer isso para esta região, e o Sr. Presidente da Câmara poderia liderar isso: Foi criado um Fundo que é o Fundo REVITA para gerir as ajudas dos Portugueses para Pedrogão.

Esse Fundo REVITA não existe para a tragédia de outubro. As ajudas chegam e não há um mecanismo formal, regulamentado, com uma liderança, que permita gerir as ajudas dos Portugueses.

O Sr. Presidente da Castanheira de Pera a determinada altura dizia que não sabia para onde é que foi o dinheiro das chamadas e o Governo sentiu necessidade, e bem, de criar esse Fundo REVITA para apoiar a reconstrução com os donativos que chegavam dos Portugueses de uma forma regulamentada.

Hoje, esse Fundo REVITA ainda não contempla na sua regulamentação os Concelhos afetados pela tragédia de outubro.

Era importante que os Concelhos afetados pela tragédia de outubro viessem a integrar o Fundo REVITA, ou, se não vierem a integrar o Fundo REVITA, que seja criado outro Fundo que permita que os donativos dos Portugueses tenham uma gestão profissional, que não seja uma gestão caritativa porque eu também não gosto disso. Acho que essa exposição de dar o cabaz a um e dar o cabaz a outro, eu não gosto nada disso! Acho que não é o tipo de solidariedade que as pessoas que sofreram a tragédia precisam. As

peças precisam de algo regulamentado onde as ajudas cheguem de forma regulamentada para que o A não receba mais se merece receber menos do que o B.

Era isto que eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara para fazer, se puder, e digo-lhe que terei toda a disponibilidade na medida das minhas possibilidades e daquilo em que possa ajudar e contribuir para isso.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Luís Lagos.

Estamos com uma boa gestão de tempo mas também fiz questão de lhe dar mais tempo do que o Regimento prevê para que pudesse, por um lado exprimir os seus estados de alma, que também são legítimos e, por outro lado, fazer propostas concretas.

Sempre lhe quero dizer que é meu entendimento que as Associações que foram criadas na sequência destas tragédias que o nosso País sofreu, a meu ver, são positivas e são necessariamente úteis desde que elas desenvolvam a sua atividade na área de competências que lhes pertence.

Pessoalmente acho que são uma mais-valia, tal como tive a oportunidade de dizer na Sessão do dia 27 de outubro. Eu penso que há competências que estão estabelecidas a quem foi eleito. Agora, obviamente que as Associações não se criaram por acaso, e tomara que não fosse preciso que se criassem. As Associações são uma ajuda. Eu não estou por dentro de todos os aspetos da vida política do nosso Concelho, leio a imprensa, venho regularmente a Oliveira do Hospital, falo necessariamente com alguns interlocutores, mas a minha perceção é que tem havido um trabalho positivo e de colaboração.

O Sr. Presidente é que nos vai poder dar um retrato rigoroso de como é que tudo tem sido feito, e dizer exatamente onde é que estamos, mas eu não podia deixar de exprimir estas palavras.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Sendo esta a minha primeira intervenção após o dia fatídico de 15 de outubro as minhas primeiras palavras, em meu nome e do PSD, são de esperança.

Esperança para todos aqueles que estão a recuperar das sequelas físicas, psicológicas, materiais, para que possam ultrapassar este momento difícil o mais rapidamente possível.

Estamos certos que todos juntos o iremos conseguir.

Uma segunda nota é de agradecimento:

Agradecer a todos aqueles, anónimos e entidades, que estiveram envolvidos no combate ao incêndio, acho que nunca é demais referir isto. Sentimos que fomos todos abandonados à nossa sorte e se não fosse a ação deste homens e mulheres a tragédia teria sido, certamente, bem pior.

Agradecer ainda a todas as entidades e à sociedade civil do Concelho, e fora dele, que se tem envolvido nesta fase do pós incêndio e que tem sido muito útil aos nossos Municípios. Bem hajam a todos pelo vosso apoio e empenho.

Permitam-me aqui apenas um pequeno aparte, e já na sequência da intervenção do Deputado Luís Lagos, deixemo-nos do acessório, das tricas e dos ataques pessoais que tenho muitas vezes assistido nas redes sociais, e foquemo-nos no essencial porque na realidade queremos todos é ultrapassar esta fase menos positiva o mais rapidamente possível.

Dizer ainda que esta tragédia não deve cair em vão e deve servir como lição de futuro para que possamos aprender com os erros e com aquilo que não correu tão bem e para que nunca mais se volte a repetir.

Todos nós, enquanto sociedade civil e colectiva, devemos assumir as nossas responsabilidades, devemos ser cidadãos cada vez mais ativos. Só assim podemos criar um País bem melhor.

Feitas estas referências venho aqui, em nome do PSD, propor: Propor tal como tivemos oportunidade de o fazer no passado.

Propor através da proposta política concreta.

Como é sabido o momento em que vivemos é um momento sensível que requer de nós, enquanto forças políticas, acções e não meras palavras de circunstância.

Neste momento é o momento oportuno para que possamos levar a cabo algumas dessas propostas não olhando à cor partidária das mesmas.

Neste sentido, vimos aqui perguntar, Sr. Presidente: Está, ou não, o Sr. Presidente disponível para levar a cabo a proposta de participação dos medicamentos de forma a atenuar os encargos por parte das famílias carenciadas?

Está, ou não, o Sr. Presidente disponível para implementar a proposta de alargamento dos manuais escolares gratuitos?

Está, ou não, Sr. Presidente, disponível para colocar em marcha a proposta do apoio à vacinação infantil não comparticipada pelo Estado?

Trazemos aqui, hoje, também uma nova proposta que tinha a ver com a isenção do IMI mas que deixou de fazer sentido uma vez que esta foi aprovada ontem na reunião de Câmara, e em boa hora que o foi feito.

Finalmente, deixar, aqui, dois alertas: O primeiro tem a ver com uma falta de regulamentação dos contratos de prestação de serviços, celebrados em dois mil e dezassete, no respectivo *site* da Câmara. Gostaríamos que estes fossem tornados públicos no respectivo *site*.

Mesmo para terminar, gostaria de fazer uma última pergunta que tem a ver com o Orçamento Participativo: Nunca mais ouvimos falar do Orçamento Participativo e por isso gostávamos de saber qual é o ponto da situação.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Neste período em que somos confrontados, pelos acontecimentos aqui sobejamente identificados, trago a esta Assembleia Municipal o reconhecimento e distinções conseguidos por toda a equipa liderada pelo Presidente José Carlos Alexandrino.

Também temos coisas boas!

Enaltecer as obras de saneamento. Pegando na intervenção do Luís Nina quero agradecer o trabalho feito nomeadamente a requalificação da Estrada Nacional 17 e também o trabalho feito para que a rede de saneamento fosse concretizada naquela zona.

Continuando com as coisas boas: Apesar de este assunto já ter sido abordado pelo Sr. Luciano, também quero referir o reconhecimento da aldeia de Rio de Mel como Aldeia dos Sonhos.

A aldeia de Rio de Mel, integrada na Rede das Aldeias de Montanha, foi vencedora na 4ª edição do projeto da Fundação Inatel.

Através deste projeto, propõe-se a concretização de intenções e de desejos das pessoas que residem em localidades de pequenas dimensões, com especial atenção para as que se encontram geograficamente e socialmente isoladas.

Com a Aldeia dos Sonhos a fundação Inatel pretende oferecer experiencias de carácter turístico, cultural e desportivo que os beneficiários entendam como fazendo parte de um conjunto de vivências a que não têm ou

nunca tiveram acesso, face as limitações como sejam, por exemplo, as de ordem financeiras ou geográficas.

Para além de proporcionar a vivência de momentos únicos e inesquecíveis de alegria e partilha aos habitantes constitui também um contributo para a salvaguarda do nosso património histórico e cultural.

É nesta medida que este reconhecimento constitui também uma oportunidade de promoção do turismo solidário.

- Felicitar o Executivo pelo facto do Município de Oliveira do Hospital ter sido novamente distinguido com o Galardão ECOXXI, implantado pela Associação Bandeira Azul da Europa, que reconhece publicamente a adoção de boas práticas de desenvolvimento sustentável através da concretização de medidas, ações e políticas a nível municipal.

Com critérios cada vez mais exigentes para a atribuição dos galardões, Oliveira do Hospital, para além de ter aumentado a sua pontuação global nesta quarta candidatura obteve também destaque nacional em vários indicadores.

Nesse sentido, é um município de figura no TOP+ com vários indicadores a saber:

- Promoção da Educação Ambiental;
- Implementação do programa Bandeira Azul;
- Informação Disponível aos Municípios;
- Emprego;
- Cooperação com a Sociedade Civil;
- Gestão e Conservação da Floresta;
- Qualidade do Ar e Informação ao Público;
- Qualidade da água para consumo humano e agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Mas como temos também mais boas coisas, e não só nos lamentarmos: O Município de Oliveira do Hospital foi novamente distinguido como “Autarquia + Familiarmente Responsável 2017”, um galardão atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiares Responsáveis, que visa galardoar e divulgar as melhores práticas das autarquias Portuguesas em, matéria de apoio municipal às famílias.

Esta distinção resultou de um conjunto de políticas familiarmente responsáveis em várias áreas de atuação, encontra-se neste caso entre muitas outras medidas:

O Programa de Incentivo à Natalidade que entrou em vigor em janeiro de 2013;

O apoio à aquisição de manuais escolares e cadernos de exercícios concedidos a alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;

A atribuição de cinquenta mil euros em bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior;

Transportes gratuitos para todos os alunos, estendido recentemente até ao Ensino Superior;

A Autarquia optou também, no âmbito das políticas familiares responsáveis, pela redução no IMI para as famílias com filhos, nestes últimos anos.

Este resultado reflete o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município de Oliveira do Hospital, na afirmação como um Concelho sustentável, dirigido às pessoas e com qualidade de vida.

Nesse sentido, não podia deixar de vir aqui reconhecer o trabalho levado a cabo pelo Executivo, tendo pela frente uma tarefa árdua, em manter todos estes parâmetros, que conquistou até aqui fazendo renascer novamente este Concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Desde o dia 15 de outubro até ao dia de hoje passaram 76 dias, cerca de 1800 horas.

Neste hiato temporal, desde que a tragédia nos bateu à porta, muito foi feito.

Houve nestes dias um denominador comum: Por um lado o imenso sofrimento a que todos fomos sujeitos e, por outro, não menos importante, a solidariedade, dedicação empenho e capacidade de trabalho de todos.

Quero, aqui, enaltecer a capacidade reivindicativa e a persistência do Executivo na defesa intransigente dos Oliveirenses perante o Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e o restante Governo.

Foi graças a este Executivo e ao Sr. Presidente, a defesa intransigente de Oliveira do Hospital e dos Oliveirenses, que temos tido o reconhecimento, consubstanciado nas medidas adotadas após o incêndio de 15 de outubro, que tem permitido um restabelecimento mais célere e tem permitido, também, um apoio eficaz às vítimas deste flagelo.

É aqui importante realçar, para memória futura, o papel de carneira que o Município de Oliveira do Hospital, através do seu Presidente, na reivindicação

de medidas excepcionais aos agricultores no montante das indemnizações que passaram de mil e cinquenta e três euros para os cinco mil euros.

Desde a primeira hora que se deslocaram a Oliveira do Hospital um conjunto de personalidades, com o objetivo de demonstrar solidariedade e apoio institucional, nomeadamente o Sr. Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Planeamento, Dr. Pedro Marques, o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Capoulas Santos, o Ministro da Saúde, Dr. Adalberto Campos Fernandes e o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr. Vieira da Silva.

Desde a primeira hora que este Executivo percebeu e soube interpretar o enorme sofrimento a que os Oliveirenses foram sujeitos.

Vocês foram, como era vossa obrigação, muitos dirão, inexcedíveis no apoio de primeira necessidade, mas também sabemos quão falacioso isso pode ser:

- Foi dada prioridade ao realojamento das vítimas dos incêndios. Todos os casos foram resolvidos, com ajuda de familiares, IPSS's, Bombeiros, Estruturas Municipais e Juntas de Freguesia;

- Procedeu-se ao enterramento dos cadáveres dos animais encontrados, vítimas dos incêndios, e foi prestado apoio veterinário aos animais que sobreviveram;

- As estradas municipais foram seriamente afetadas pelo incêndio, sendo o restabelecimento das condições de segurança e de circulação, uma das vossas prioridades;

- Foi criada uma conta de solidariedade para com as vítimas dos incêndios de Oliveira do Hospital, gerida pela Câmara Municipal, e as verbas recolhidas foram, são e serão aplicadas, de forma rápida e adequada, no apoio às vítimas;

- O Município continua, ainda hoje, a distribuir vários tipos de bens de primeira necessidade às populações do Concelho, através da Juntas de Freguesia, desde alimentação, vestuário, mobiliário e têxtil para o lar;

- O Serviço de Águas e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital está a monitorizar a qualidade da água que é fornecida na rede de abastecimento. A água que está a ser distribuída no Concelho, através das redes de abastecimento público, é potável podendo por isso ser consumida por todos nas suas residências, nas escolas, e nos demais locais;

- Para além disso, as faturas de água referentes a outubro não irão prejudicar nenhum consumidor por consumos excessivos durante o período dos incêndios que fustigaram o nosso Concelho;

- Os donativos que têm chegado a Oliveira do Hospital foram devidamente armazenados e distribuídos às vítimas, de acordo com as suas necessidades;

- O Município adquiriu um conjunto de bens para restabelecimento da capacidade produtiva dos agricultores, destacamos os kits de ferramentas (enxadas, ancinhos, machadas, pás, etc.), alimentos para os animais (palha, rações e alimento para abelhas) e chapas para cobertura de abrigos dos animais;

- Foram criadas estruturas municipais para apoio às vítimas dos incêndios. Em articulação com a CCDR-Centro, estamos a receber e a prestar apoio para as candidaturas à reabilitação das habitações próprias e permanentes afetadas pelo incêndio;

- Relativamente ao apoio aos agricultores também foi prestada colaboração na submissão e receção de candidaturas à Medida - Compensação de Prejuízos aos Pequenos Agricultores e às Explorações Agrícolas;

- Quanto aos empresários, como aqui já foi dito, foi criado pelo Município um Gabinete de Apoio aos empresários afetados pelos incêndios com o objetivo de prestar apoio técnico às empresas na elaboração de candidaturas ao Programa de Reposição de Atividade Económica;

Foram ainda implementadas medidas de estabilização dos solos e foram lançadas sementes de forma a minimizar os efeitos de erosão perante a ação de escorrência de águas pluviais.

Estas foram, sucintamente, as medidas de primeiro impacto. Contudo, este Executivo não ficou por aqui:

Foi com redobrada esperança que vimos o Conselho Intermunicipal da CIM- Região de Coimbra realizar-se nos Paços deste Município;

O Instituto de Emprego e Formação Profissional tem vindo a promover a implementação de incentivos extraordinários para a manutenção dos postos de trabalho para entidades afetadas pelos incêndios em estreita colaboração com o Município;

Os responsáveis do Turismo do Centro promoveram uma reunião de trabalho para avaliação do impacto do incêndio e definição das medidas de apoio;

Este Executivo promoveu reuniões em grande grupo e individualizadas realizadas com a CCDR-Centro para discussão e apresentação de estratégias e metodologias.

Caras e caros colegas, se é verdade que o povo Oliveirense mostrou, no passado dia 1 de outubro, que estava em comunhão com este Executivo, dando-lhe uma enorme vitória eleitoral, também este Executivo tem mostrado nos últimos oito anos, e muito especialmente nos últimos setenta e seis dias, recorde-se, os dias mais negros da nossa história coletiva, que está unido e empenhado a esta causa de fazer renascer Oliveira do Hospital.

Vejo em vós a sagacidade, a astúcia, a competência, a inteligência e o empenho para, com a ajuda de todos, fazer renascer das cinzas a nossa terra.

Isso sente-se no abraço amigo e fraterno que recebem, nas lágrimas e no sofrimento que convosco partilham e que vocês sabem tão bem confortar. Sente-se nos eventos solidários que organizaram e que mereceram forte adesão. Desde o Concerto Solidário; A corrida São Silvestre solidária; A iniciativa Oliveira no Coração; ou em outros afetos.

Muito ainda há a fazer mas estou certo que com a ajuda de todos, com a garra, a fibra, e a determinação do nosso povo e sob a liderança deste Executivo, estamos no caminho certo para fazer renascer Oliveira do Hospital.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, não era minha intenção fazer uma intervenção, porque sabia que esta catástrofe que nos assolou em 15 de outubro ia ser abordada por muitos Membros da Assembleia que também estiveram envolvidos nestes problemas mas, como andei na minha Freguesia de Alvôco das Várzeas a efetuar alguns trabalhos, e por isso percorri algumas estradas e caminhos, queria deixar aqui expresso o que eu vi.

Na realidade vi coisas que me impressionaram e por isso queria comunicar ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Membros da Assembleia o seguinte: A catástrofe no nosso Concelho não foi só com os incêndios, foi também, agora, com estas chuvas que vieram.

Sei que todos os Presidentes de Junta que aqui estão têm o mesmo problema nas suas Freguesias, especialmente os do Sul do Concelho onde o território é mais íngreme, e por isso queria deixar aqui ao Sr. Presidente da Câmara um alerta: Há uma grande urgência em resolver algumas situações de

requalificação. Em algumas situações se não adotarmos medidas urgentes vamos perder tudo o que lá está. Neste momento poderemos resolver o problema com “alguns” euros mas no futuro poderá não haver euros para resolver aqueles problemas.

Sei que os problemas são muitos em todo o Concelho mas pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para tomar algumas medidas nomeadamente que fossem enviados os Serviços Técnicos para avaliarem algumas situações.

Dizer também, mais uma vez, ao Sr. Presidente da Câmara que a Estrada Nacional 230 está uma miséria. Bem sei que neste momento estão a requalificar a Estrada Nacional 17 e também sei que a Câmara Municipal investiu muito dinheiro naquela obra, há ali muito investimento para resolver problemas que já há muito tempo eu ouvia falar nesta Assembleia Municipal, mas peço também que a requalificação da Estrada Nacional 230 não seja esquecida porque a estrada encontra-se em péssimas condições.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“O meu nome é Sebastião Barbosa. Hoje é a minha estreia como Deputado nesta Assembleia Municipal. Para mim é uma grande honra estar aqui.

Cabe-me a mim, hoje, uma tarefa muito simples mas mui nobre que é em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista enaltecer e agradecer a enorme onda de solidariedade da qual Oliveira do Hospital beneficiou: Camiões TIR que vieram de todo o País, e até do estrangeiro, repletos de eletrodomésticos, mobiliário, comida, roupa; Voluntários também vindos de todo o País, pessoas humildes prontas a ajudar Oliveira do Hospital, que vieram não só logo a seguir ao incêndio mas também depois, quem foi ao parque de estacionamento subterrâneo pôde testemunhar, como eu testemunhei, um grupo de pessoas que vieram do Norte do País somente para fazerem num sábado a triagem de roupas.

Esta onda de solidariedade não trará as nossas florestas de volta mas é essencial para nos dar força para continuarmos a lutar por Oliveira do Hospital. Se os outros acreditam nós também temos de acreditar que é possível: Vamos conseguir renascer o nosso Concelho!

A todos aqueles que nos ajudaram, dentro e fora do País, dentro e fora do Concelho, um grande Obrigado em nome do Partido Socialista.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar queria felicitar todos os Membros da Assembleia Municipal que estão aqui pela primeira vez. Desejar-lhes que consigam atingir todos os objetivos.

Queria também agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio prestado na realização da décima quinta Feira do Porco e do Enchido para que ela fosse mais um êxito.

Este ano tivemos muitas dificuldades porque o incêndio dos dias 15 e 16 de outubro levou-nos todo o material que tínhamos adquirido durante quinze anos mas, com muita força e com a ajuda de algumas pessoas, conseguimos realizar a décima quinta Feira do Porco e do Enchido em Meruge.

Dizer ainda que é bom falarmos na grande tragédia dos incêndios de outubro com o objetivo de se procederem a alguns melhoramentos para que no futuro possamos estar mais preparados, para não voltar acontecer o que nos aconteceu, e também para termos mais meios para nos autodefender.

Pedia à Câmara Municipal que é preciso fazer manutenção das bocas-de-incêndio porque numa localidade há uma ou duas bocas-de-incêndio que funcionam. Posso dizer-vos que uma das casas que ardeu em Meruge estava a trinta metros de uma boca-de-incêndio que não funciona e para além disto as Juntas de Freguesia não têm um kit de mangueiras que possam ser ligadas a uma boca-de-incêndio. Acho que isto devia ser pensado e devíamos arranjar uma solução: Cada localidade deveria ter um kit de mangueiras para poder atuar rapidamente em situações de emergência.

No que diz respeito aos apoios penso que as primeiras habitações estão asseguradas e, com a persistência do Sr. Presidente da Câmara, também foi melhorado o apoio para os pequenos agricultores. É evidente que, na maior parte dos casos, estes apoios não pagam todos os prejuízos mas já dão uma pequena ajuda.

Agora, é preciso canalizar alguns apoios para as casas de segunda habitação. Há casas de segunda habitação que são frequentadas periodicamente e, se não ajudarmos a reconstruir aquelas casas, ficam ali os fantasmas dos incêndios.

Dizer ainda que a tragédia não foi maior em Meruge porque nos emprestaram uma carrinha que nos possibilitou transportar água para fazer os rescaldos nas casas que arderam, nós temos um kit de incêndio mas não temos

carrinha para o transportar, e se assim não fosse tinham ardido outras casas que estavam juntas.

Dizer ainda que seria importante uma Medida de Apoio para as Juntas de Freguesia se candidatarem a verbas para aquisição de uma carrinha para transportar o kit de incêndio.

Pedir também à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, eu sei que já foi feito um pedido pela Irmandade de São Bartolomeu, para reabilitar o parque de São Bartolomeu. É um parque muito bonito que é frequentado não só por gentes de Meruge mas também por gente que vem de todo o lado. É preciso reconstruir a Capela, reflorestar todo aquele parque, e recolocar equipamentos no Parque Infantil que arderam com os incêndios. Aquele parque é Património Nacional e está ali espelhada a memória dos nossos antepassados e por isso é importante fazer ali uma intervenção rigorosa e cuidada.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que o Natal tenha sido bom para todos vós e para as vossas famílias e que, de uma forma ou de outra, tenha sido o melhor possível dentro das condicionantes que temos tido nos últimos dois meses, particularmente para aquelas famílias mais diretamente afetadas quer com pessoas que morreram ou que ficaram feridas.

Já muita coisa foi dita sobre os incêndios dos dias 15 e 16 de outubro. Penso que, de uma forma ou outra, todos nós vivemos por dentro e de uma forma intensa toda aquela noite de 15 para 16. Eu vivi! Eu vivi e foi duro!

Foi duro ver. Foi duro ouvir os gritos. Foi duro ver as lágrimas. Foi muito duro!

Foi duro particularmente também logo no dia seguinte, durante a manhã, durante a tarde, durante todos os dias que se seguiram. Foi duro ver todo aquele espetáculo e fazer todo o apuramento dos prejuízos.

Rapidamente reunimos com a Câmara Municipal e logo avançamos para o terreno para fazer, desde a primeira hora, todos, mas mesmo todos, os levantamentos que eram necessários fazer.

Obviamente que depois desta tragédia, depois destes momentos difíceis para todos, quem está na linha da frente, mais junto das nossas populações, tem sido desde logo a Câmara Municipal, o Sr. Presidente e o seu Executivo, que

rapidamente passaram esse espírito para as Juntas de Freguesia. Todos nós sabemos bem, não negamos esforços porque estamos cá para isso. Foi para isso que as pessoas nos elegeram. Foi para os defender e para defender todos os seus interesses e anseios. É isso que tem sido feito nestes mais de dois meses depois daquela tragédia.

Solidariedade houve muita e foi de Norte a Sul do País.

Particularmente na Zona da Cordinha, e em consonância com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira com a Junta de Freguesia do Seixo da Beira, logo delimitámos uma estratégia no sentido de termos um Centro de Apoio para aquela Zona Norte do Concelho, para estarmos mais próximos da população, das pessoas que mais precisavam, para evitar que as pessoas tivessem que se deslocar para Oliveira do Hospital.

Temos um bom Centro de Apoio onde foi acolhida muita gente e onde temos dado apoio a muita gente. Temos recebido apoios de solidariedade de muitos sítios. Ainda hoje e, seguramente, no futuro próximo, esse apoio irá continuar a ser feito às nossas populações.

Obviamente que da nossa parte, autarcas locais, todos sabemos que este trabalho foi acompanhado no terreno por todos.

Todos sentiram o que foi esta desgraça, esta tragédia que bateu à porta das pessoas, e as consequências que virão daí, mas há que encarar o futuro com ânimo, com esperança, com coragem.

É isso que estamos a fazer e vamos continuar a fazer. As pessoas não podem ser deixadas ao abandono, e não vão ser!

As Juntas de Freguesia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e da Freguesia do Seixo da Beira estão a trabalhar em consonância de esforços:

Estamos a acompanhar as pessoas na elaboração das Candidaturas, nomeadamente para a recuperação das casas de primeira habitação;

Estamos a apoiar as pequenas reconstruções dos ovis;

Estamos a apoiar na reconstrução dos abrigos dos animais;

Estamos a apoiar a reconstrução dos barracões;

Estamos a apoiar com o fornecimento de cimento, tijolo, telhas.

A par de tudo isto estamos a dar ânimo porque também é fundamental. Muita vezes basta uma palavra amiga para as pessoas sentirem que têm alguém e que não estão abandonadas. É importante as pessoas sentirem que têm alguém a quem podem bater à porta e que pode dizer, presente!

A noite de 15 para 16 foi dura também ao nível dos cuidados de Saúde no nosso Concelho. Foi duro! Eu não estive no Centro de Saúde. Eu não estive no Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis mas soube depois o que se passou durante essa noite e nos dias seguintes.

Eu estranho muito e fico pasmado, como é que alguém, e estou a referir-me concretamente ao PSD, que não os vimos em parte nenhuma na altura em que fizemos aqui uma manifestação pública para defender a Saúde no nosso Concelho nomeadamente a manutenção dos Serviços do SAP para as nossas populações. Não os vimos em lado nenhum! Não ouvimos uma única voz! E estão agora muito preocupados porque os Serviços de Saúde de Oliveira do Hospital, na parte nocturna, das oito da noite às oito da manhã, estão a ser prestados na Fundação Aurélio Amaro Dinis!

Meus amigos, isto é de quem não tem noção nenhuma do que são os Serviços de Saúde do nosso Concelho, de quais são as condições de funcionamento do SAP, que muitas vezes aqueles serviços só servem de passagem para Coimbra.

Agora que estamos a melhorar as condições de saúde aos Oliveirenses, tendo na Fundação Aurélio Amaro Dinis um protocolo assinado com o Ministério da Saúde para poder garantir durante a noite o Serviço de Urgências, com diversos meios de diagnóstico que evitam que as pessoas se desloquem a Coimbra, e vem o PSD muito preocupado porque a Saúde agora está a ser privatizada. Não, meus amigos! A Saúde não está a ser privatizada. A Saúde é pública. Os Serviços de Saúde estão a ser prestados através do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, esta foi uma grande medida, que no futuro é capaz de trazer mais novidades. Foi uma grande medida que o Senhor tomou para bem da Saúde dos Oliveirenses.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Desejar à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, e aos restantes elementos da Mesa da Assembleia, um bom trabalho. Dizer que da minha parte, e também de todo o Executivo da Câmara Municipal, terá toda a disponibilidade para lhe prestarmos todas as informações que achar convenientes, assim como a qualquer Deputado Municipal, dentro das regras hierárquicas que devem fazer parte do jogo político. Ou seja, os pedidos de informação dos Srs. Deputados Municipais são dirigidos à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia que depois os solicita ao Presidente da Câmara Municipal.

Quero também desejar a todos os Deputados Municipais um bom mandato. Um mandato, com certeza, marcado pelos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro e, por isso, deve ser um mandato para nos fortalecer e unir.

Peço-vos com humildade, mas com humildade democrática e com seriedade política, por favor, não pode haver coisa pior que é usarem o tema dos incêndios para fazer declarações absolutamente populistas. O momento deve ser de respeito, deve ser de respeito pelas vítimas, deve ser de respeito pelo apoio aos lesados. Da conjugação dos esforços de todos podemos fazer renascer Oliveira do Hospital.

Peço-vos que não façamos “política da terra queimada”, até porque agora a terra está mesmo queimada, e todos somos poucos para a fazer renascer.

Deixemo-nos de declarações fáceis quando a situação é difícil e exige o melhor de todos nós e não o pior.

Sei, de certeza, que todos me acompanharão neste pedido!

Por isso, meus caros amigos, a minha primeira intervenção é de agradecimento aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia pela disponibilidade que demonstraram no dia 17, numa reunião feita aqui de manhã, depois de ter sido gizado nessa noite, penso que pelas duas da manhã, eu não conseguia dormir. Não estive escondido, estive junto das populações, estive com muitos Presidentes de Junta. Só não cheguei a algumas localidades porque não me deixaram passar.

Acompanhei o desenrolar dos fogos, desde as doze horas e trinta minutos do dia 15 de outubro, com o Comandante e Segundo Comandante dos Bombeiros. O fogo que nos matou foi o fogo que veio da Benfeita, no Concelho de Arganil, e não foi o fogo que eu comecei a acompanhar às doze horas e trinta minutos na zona de Folhadosa.

Agradeço aos Srs. Presidentes de Junta, e gostava de vos recordar uma frase e o desafio que fiz, aqui, aos Srs. Presidentes de Junta. Até porque alguns

tinham sido eleitos há muito pouco tempo, e isso não serviria para eles, mas serve para aqueles que já são Presidentes de Junta há mais tempo. Disse-lhes o seguinte: Na história de Oliveira do Hospital o nosso povo julgar-nos-ia, não por aquilo que fizemos até àquele dia 17 de outubro mas, por aquilo que seríamos capazes de fazer daqui para a frente.

Este foi um grande desafio que lancei aos Srs. Presidentes de Junta, numa linha de política de proximidade, sabendo que os Presidentes de Junta estão muito mais próximos das pessoas do que a o Presidente da Câmara Municipal. Foi a partir daqui que há uma corrente de solidariedade e uma estratégia para minorar todas as questões relacionadas com os incêndios.

Houve um trabalho colectivo. Se alguns querem arranjar Deuses não vale a pena porque não há Deuses. Aqui, somos todos heróis! Se alguns querem arranjar diabos, também não vale a pena porque, aqui, não houve diabos.

Todos os Oliveirenses estiveram entregues a si próprios e foram todos heróis. Penso que mais de 90% pensaram que tinham a sua vida, e a vida das suas famílias, em perigo. Isto é dramático!

Não posso deixar de destacar a importância e o papel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira que foram mal compreendidos: Não havia bombeiros para chegar a todo o lado. Não era possível!

Nós percebemos! Se as populações tivessem um bombeiro junto a si estavam mais confortadas no aspeto psicológico.

Mas, estou farto de dizer isto, e estou farto de clamar uma coisa que parece que no poder em Lisboa ninguém quer ouvir, ou ninguém quer perceber: Nós não tivemos um fogo de grandes proporções. Nós tivemos um ciclone de fogo, que é uma coisa muito diferente.

Foi com a ação de todos, da Proteção Civil da Câmara Municipal, dos funcionários da Câmara Municipal, e deixei-me aqui também destacar o papel deles, sobretudo porque foram eles que estiveram a retirar pessoas dos Lares de Idosos, e alguns quando chegaram a casa tinham as suas casas ardidas e, por isso, temos aqui uma responsabilidade acrescida na resolução destas situações até porque eram casas arrendadas. Todos os funcionários da Câmara Municipal se envolveram, e foram constituídas equipas de trabalho. Quero fazer uma saudação muito especial ao nosso Coordenador da Proteção Civil que é também Presidente de Junta de Freguesia de Lourosa.

Envolveram-se as Corporações de Bombeiros, os Sapadores, e houve também um papel determinante da GNR. A GNR fez um excelente trabalho.

Também quero destacar o que disse o jovem Deputado Sebastião Barbosa, a quem quero deixar uma saudação especial, sobre a cadeia de solidariedade a nível nacional para com o nosso Concelho: Tem havido, efetivamente, uma cadeia de solidariedade nacional a quem todos temos que agradecer.

Como eu disse, é altura de deixarmos as nossas diferenças político-partidárias para a política nacional e devemos, independentemente da cor ideológica de cada um e das nossas convicções, colocar os interesses de Oliveira do Hospital acima de qualquer interesse partidário.

O meu compromisso convosco, que foi o compromisso que eu e o meu Executivo fizemos, nomeadamente o projeto do Partido Socialista, eleito e sufragado nas urnas no dia 1 de outubro, foi: O meu partido será sempre as gentes e o meu Concelho. É sobre isto que nos devemos concentrar.

O povo já respondeu que algumas estratégias políticas que vêm do passado não deram resultados. Por isso, é tempo de canalizarmos os nossos esforços na defesa dos interesses dos Oliveirenses.

Colocar os interesses de Oliveira do Hospital acima de qualquer interesse partidário não quer dizer que se deixe de fazer crítica ao Executivo pela sua atuação. Temos que fazer proposta e temos que fazer críticas quando temos que as fazer mas essas críticas devem ser sérias.

Passava agora a responder às perguntas dos Senhores Deputados Municipais:

Muitas coisas foram feitas e gostava de vos ler uma mensagem que recebi há momentos. Às dezasseis horas e dez minutos recebi esta mensagem que vos vou passar a ler, se alguém quiser pode vir ver de onde vem: *“Presidente e amigo, os pagamentos aos agricultores, tal como assumido pelo Ministério da Agricultura, foram efectuados hoje. Oliveira do Hospital foi o Concelho com mais Candidaturas apresentadas nos prejuízos até aos cinco mil euros. Um abraço, Ministério da Agricultura, Assessor do Ministro da Agricultura.”*

É uma boa notícia!

Poderíamos estar aqui a discutir quais os apoios que foram conseguidos, em que reuniões é que se participou, que negociações foram feitas.

Quero dizer-vos que nos apoios na área da agricultura, bem como em outros, o Governo não fez medidas justas. O Governo não fez medidas justas para com os nossos agricultores nem para com os nossos empresários.

Tive a hipótese de reivindicar os apoios na área da agricultura, junto do Sr. Ministro da Agricultura, e tive a hipótese de reivindicar, junto do Sr. Primeiro-Ministro, os apoios ao tecido empresarial de Oliveira do Hospital.

Eu não quero dizer que estes apoios foram graças ao Presidente da Câmara e ao seu Executivo porque seria, se calhar, exagero mas, no início, nos apoios do Ministério da Agricultura, não haviam os mil e cinquenta e três euros da Segurança Social, como tinha havido em Pedrogão Grande, só havia uma coisa que se chama PDR 2020. Nem havia apoios de cinco mil euros.

Depois de uma negociação, que foi feita nesta sala, com os Presidentes da Comunidade Intermunicipal da Região Centro, saiu um pacote de medidas tais como os apoios de cinco mil euros e cinquenta mil euros.

Deixei-me também dizer-vos, e digo-vos isto desassombrado: O Sr. Ministro disse-me muitas vezes que eu queria tudo para Oliveira do Hospital. Eu disse-lhe que queria aquilo que achava que as minhas gentes tinham direito.

Por isso, meus caros amigos, isto tem uma história para um dia se escrever: Como chegámos até aqui, como chegámos aos apoios dos cinco mil euros e como chegámos aos apoios de cinquenta mil euros.

Também há uma discriminação negativa porque os nossos agricultores não têm uma comparticipação de 85%, nos prejuízos até duzentos e oitenta e cinco mil euros, como têm os outros empresários. Mas, na minha opinião, os outros empresários também deviam ter uma comparticipação de 85% com prejuízos até um milhão de euros.

Fui uma voz que demonstrei claramente que estava na defesa dos interesses dos empresários de Oliveira do Hospital mas também dos interesses da região. Por isso, nesse aspeto, poucos me darão lições de como se luta. Quando se é capaz, as coisas conquistam-se e conquistam-se com dor.

Também quero deixar uma palavra para a Associação das Vítimas e dos Lesados pelos incêndios, e ao nosso Deputado Luís Lagos: Dizer-lhe que não há problema nenhum, todos somos poucos nesta união. Tudo o que fizemos para ajudar e para pressionar o Governo acho que é positivo.

Não precisamos de fazer uma guerra política para atingir os nossos objetivos. Deveremos ter elevação e devemos sempre lutar com os meios e mecanismos legais para exigir ao Governo a reparação dos danos que todos tiveram. Porque, uma coisa é ter um fogo em casa porque deixei uma lareira acesa, ou porque há um curto-circuito, outra coisa é levar com fogo de que não tenho responsabilidades diretas com o seu início. Isto são coisas diferentes e muito claras.

A forma como eu penso é esta e não deixarei de o reafirmar, porque sempre o fiz, com determinação, com garra, e, às vezes, deixei-me dizer, porque também sou humano, sem forças. Sou uma pessoa que vive muito os problemas das pessoas que todos os dias vêm à Câmara Municipal. As pessoas são tantas que também temos a consciência que, muitas vezes, não temos capacidade para chegar a todo o lado.

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, acho que nos devemos associar e discutir numa próxima reunião a seguinte medida: Acho que deveremos trazer aqui um projecto de um Memorial às Vítimas dos Incêndios, com o nome de todas as vítimas, para que a Assembleia Municipal se possa pronunciar. Um Memorial às Vítimas para que Oliveira do Hospital nunca mais se esqueça destas suas gentes que perderam traiçoeiramente a vida neste incêndio.

Respondendo agora ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Nina, quero dizer-lhe que não há obras perfeitas.

Dizer-lhe também que a obra na Estrada Nacional 17 não está suspensa. Penso que é uma paragem devido a férias do pessoal. Dizer ainda que não me agradam as condições como a empresa deixou a estrada, sobretudo na zona da Reta da Salinha.

Os nevoeiros neste momento também assolam a nossa região. Não sei se é uma característica das novas condições climáticas porque dá-me a impressão que não tínhamos tantos nevoeiros como temos hoje! Parece que estamos mesmo junto à Barragem da Agueira. Junto à Barragem da Agueira já havia estes nevoeiros quase todos os dias. Por isso, penso que pode haver aqui alterações climáticas que provocam estes nevoeiros que não me agradam nada!

Dizer ainda que já reclamei para as Infraestruturas de Portugal e já falei com o Engenheiro director das obras.

Estão também a executar-se as obras de saneamento naquela zona da Reta da Salinha. Há aqui um esforço financeiro enorme da Câmara Municipal. É uma obra que fica enterrada e quando chegarmos ao final teremos lá investidos, sem nenhum Financiamento Comunitário, cerca de um milhão de euros.

Estou ainda a estudar a possibilidade de ir buscar algum financiamento aquando da reprogramação do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) em 2018. Era importante e fundamental para as nossas finanças se conseguíssemos recuperar 85% deste milhão de euros. São oitocentos e cinquenta mil euros que farão toda a diferença no próprio mandato.

Esta obra foi uma decisão que foi tomada. Foi uma decisão que não podia voltar atrás porque é uma obra que contempla obras de saneamento, que não são contínuas, desde a Chamusca da Beira até Vendas de Galizes. Depois ainda vão ser realizadas obras para uma ligação de água. A ligação de água para a Venda da Esperança vai ser mudada e vai ser levada por outros caminhos. É uma obra que será lançada este ano e que ficará em perto de duzentos mil euros.

Dou-vos também um pormenor porque acho que pode ser importante: Os trabalhadores da Câmara Municipal, sobretudo no Setor de Águas, conseguiram recuperar muitos quilómetros de canalização de água que arderam com os incêndios. Os nossos trabalhadores em quarenta e oito horas conseguiram colocar água ao domicílio, colocando em alguns sítios geradores. E fizeram outra coisa que mais me sensibilizou: Todos estes trabalhadores do Setor de Águas não quiseram receber horas extraordinárias pelo trabalho que fizeram durante estas noites. É um gesto que me apraz registar. Eu acho que lhes devíamos pagar até pelo esforço nas noites de trabalho contínuo, a dormirem duas ou três horas. Este gesto dos trabalhadores sensibilizou-me muito. Eles reuniram comigo e disseram: “*Sr. Presidente isto foi uma tragédia, nós não queremos um “tostão” de horas extraordinárias.*” Acho que isto demonstra, claramente, que temos bons funcionários!

Queria dar-vos conhecimento deste gesto dos funcionários até porque levei à reunião de Câmara Municipal a proposta de um Voto de Reconhecimento a estes trabalhadores que fizeram um grande trabalho.

Os funcionários continuam a fazer um grande trabalho porque quando caíram as primeiras chuvas criaram-se uma complexidade de problemas, nomeadamente na Zona Sul do Concelho de Oliveira do Hospital.

Alguns Deputados Municipais falaram da necessidade de resolver algumas situações rapidamente: Um dos problemas que vamos resolver é a reposição da sinalética. Neste momento já temos um levantamento, ainda não sabemos se esta obra vai ser subsidiada, mas penso que o problema da sinalética, que foi aqui abordado, deve estar na ordem do dia. Devemos rapidamente adjudicar uma nova sinalética para darmos outra imagem do Concelho e para que o Concelho fique mais atrativo. Parece que não mas todas aquelas placas queimadas também ferem os nossos sentimentos. Também temos que refazer as marcações nas estradas por causa dos nevoeiros. Penso que a nova sinalética e as marcações nas estradas custarão mais de trezentos mil euros. Como já disse, não sei se estas obras terão algum apoio.

Quero aqui garantir que uma das prioridades será lançar a obra para repor a sinalética nas estradas. Uma equipa já fez o trabalho de georreferenciação, e faremos a adjudicação do concurso o mais rapidamente possível. É um compromisso que assumo aqui.

Depois, faremos logo a seguir, porque já estamos a fazer o levantamento, a obra das estradas que precisam de ser pintadas. O Sr. Presidente de Travanca de Lagos já no anterior mandato, por várias vezes, abordou o tema.

Chegou a hora de sermos obrigados a fazer despesa que não estava programada, mas que tem de ser feita, para voltarmos, o mais depressa possível, à normalidade, e tem que ser a Câmara Municipal a dar o Exemplo.

Dizer ainda que ninguém pode invadir a propriedade privada para cortar um pinheiro. Ninguém pode invadir aquilo que não é seu. Nos termos da legislação só em casos extremos é que a Câmara Municipal, através do seu Gabinete de Proteção Civil, pode invadir esses terrenos.

Vai sair uma legislação, que estou à espera, que dará competência administrativa à Câmara Municipal para fazer o corte de pinheiros e depois haverá mecanismos para repor as verbas que forem gastas. Estive numa reunião com o Sr. Secretário das Florestas onde este assunto foi abordado.

Como já disse, só em casos extremos é que a Câmara Municipal pode atuar. Vi casas que foram demolidas pelos nossos Serviços, porque ofereciam problemas de segurança e podiam desmoronar para a via pública, e vejo agora alguns proprietários a mandarem cartas para a Câmara Municipal a pedirem indemnizações porque achavam que as paredes estavam boas e era preciso uma autorização deles. Temos já aí quatro ou cinco casos que, se não houver um acordo, poderão transitar para Tribunal. Os proprietários dizem que as casas estavam em condições e exigem que a Câmara os indemneze por lhes ter tocado nas casas. Há uma forma diferente de pensar e, por isso, nós corremos riscos. Houve mais de cem casas que foram desmoronadas.

A Lei é clara, a Câmara tem de entrar em acordo com estas pessoas porque foi verdade que a Câmara foi desmoronar as casas sem eles terem dado autorização e corremos este risco. Neste momento temos cinco queixas e é preciso encontrar plataformas de acordo em vez de se ir para Tribunal. É preciso conversar com as pessoas. É isso que se tem vindo a fazer.

O Deputado João Esteves fez aqui várias perguntas, nomeadamente quantos empresários recorreram ao gabinete de apoio ao empresário e qual foi o resultado prático do apoio prestado e o qual o desenvolvimento que dele surgiu?

Quero anunciar aqui, porque na quarta-feira tive uma reunião com a Sra. Presidente da CCDR-C: Oliveira do Hospital já tem aprovadas para as empresas, e algumas empresas não recorreram ao nosso Gabinete de Apoio porque tinham estruturas próprias de outra dimensão. Houve muitas empresas que recorreram ao nosso Gabinete de Apoio e ainda temos seis projetos que estão neste momento em fase de acabamento.

Por isso, quero dizer que, neste momento, os apoios aprovados em Coimbra, e Oliveira do Hospital é, de longe, o Concelho que tem o maior número de projetos aprovados. Isso para mim é uma satisfação!

Esta informação foi-me dada numa reunião com a Sra. Presidente da CCDR-C e com outros Presidentes de Câmara. E digo-vos mais: Basta ir à internet, à página da CCDR-C, pesquisar em incêndios, e depois em empresas, e estão lá já os nomes das empresas que já estão aprovadas.

Mas deixei-me dizer: Neste momento já estão aprovados, para Oliveira do Hospital, treze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil euros, e que terão um apoio público de nove milhões, novecentos e noventa e dois mil euros.

A Sra. Presidente da CCDR-C disse que Oliveira do Hospital é, de longe, o Concelho que tem mais projectos aprovados. A nossa dimensão também foi muito maior.

Esta celeridade também se deve, e o Dr. Luís Lagos também testemunha isso, à reivindicação, e determinação da Presidente da CCDR-C na defesa do Concelho de Oliveira do Hospital. Isso temos que lhe reconhecer porque ela também foi determinada. Veio cá e foi das pessoas que percebeu melhor o drama.

Nas candidaturas aos apoios para a Agricultura, eu não tenho aqui o número, mas Oliveira do Hospital também foi o Concelho com mais candidaturas aprovadas.

Acho que estamos a fazer o nosso trabalho. Não estamos a fazer mais do que aquilo que é a nossa obrigação. Foi esse o compromisso que fizemos com o povo.

Relativamente à transparência quero dizer ao Sr. Deputado João Esteves que é muito difícil para os Presidentes de Junta e para o Presidente da Câmara criar um conjunto de critérios com grande objectividade. Isso, hoje, é quase impossível com estes números tão avassalador de pessoas que foram atingidas. Tenho a certeza que qualquer Presidente de Junta, este Presidente e o seu Executivo em permanência, fazem o seguinte: Quando veem as pessoas mal tentam ajudar.

As Juntas de Freguesia têm sido uns parceiros importantíssimos porque têm muito mais proximidade com as populações. Também tenho que reconhecer e tenho visto que algumas pessoas se têm querido aproveitar da situação. Isto é como em tudo na vida! Nós não somos inocentes, e eu tenho visto muitas coisas! Por isso, temos que ter alguns princípios.

Também podemos destacar da nossa atuação e também a poderíamos comparar com outros Concelhos: Nós não ficámos à espera que o Ministério da Agricultura colocasse, por exemplo, palha na ANCOSE. Na primeira semana, logo depois dos incêndios, a Câmara Municipal já tinha gasto um conjunto de despesas, em palha e rações, para os animais. Só uma semana depois é que o Ministério da Agricultura anunciou esses apoios. Isto não é para nos valorizarmos mas tomámos decisões. Fomos capazes de tomar decisões.

Também vos dou outros exemplos, porque a morte dos animais também foi uma tragédia para o nosso Concelho e foi uma tragédia para a economia daquelas famílias que têm cinco ou seis ovelhas. Nós levámos água às pessoas que ficaram sem água para os animais porque os poços ficaram sem energia eléctrica durante mais de uma semana. Foi feito um levantamento, em conjunto com os Presidentes de Junta, e com os tratores levámos a água para os animais.

Fizemos um trabalho gigantesco. Não é o trabalho do Presidente da Câmara. O Presidente é um elemento que faz parte da organização. O trabalho foi de todos, foi de um colectivo. As Juntas de Freguesia foram fantásticas. Pode haver críticas. Hoje agradamos a uns e não agradamos a outros. Isso acontece-nos a todos nós na vida!

O Deputado João Esteves diz que é preciso critérios de transparência. Eu vou dar-vos o exemplo que referi ontem na reunião de Câmara ao Sr. Vereador: Eu sou muito amigo do Presidente da Cáritas de Coimbra, o Sr. Padre Luís, e ele pediu-me para eu indicar sete ou oito pessoas para a Caritas dar tratores. O problema é que tínhamos uma lista bastante extensa de pessoas a quem lhes tinha ardido os tratores e, por isso, disse-lhe que lhe enviava a lista e que fossem os serviços da Caritas a fazer a análise dos que mais precisam. Não quis ser eu a dizer para quem iriam os tratores. Entretanto, houve alguém que andou a dizer nas aldeias que a Câmara Municipal estava a receber candidaturas para os tratores e apareceram logo três ou quatro pessoas minhas amigas da zona da Coordinha a perguntar: *São vocês que vão indicar os nomes de quem vai receber os tratores? Então indique-me lá a mim!*

Eu disse-lhes que não ia indicar ninguém. Disse-lhes que fizessem uma carta dirigida à Cáritas. Os tratores eram para o Concelho. Eles que fizessem

uma carta para a Cáritas e a Cáritas que fizesse a análise económica porque, neste momento, os meus Serviços de Ação Social estão a fazer outros trabalhos e não são suficientes para o trabalho que, agora, precisávamos.

A Cáritas virá entregar tractores e motosserras com o dinheiro que veio daquele espectáculo que foi feito em Coimbra e que foi promovido pelo André Sardet.

Oliveira do Hospital também deve bastante ao André Sardet. Ele foi um dos padrinhos da nossa Corrida Solidária.

Dizer também que o único Presidente que se insurgiu com a Federação Portuguesa de Futebol fui eu: Como vocês sabem, foram fazer um jogo a Viseu, e disseram que a receita era para o Distrito de Viseu; Foram fazer um jogo a Leiria, e disseram que a receita era para o Distrito de Leiria; E, deixaram o Distrito de Coimbra a descoberto. Eu não me calei! Não me calei e entretanto a Federação Portuguesa de Futebol ligou-me. E sabem o que é que a Federação Portuguesa de Futebol está a fazer? Vai fazer uma casa de primeira habitação em Lourosa.

A Federação Portuguesa de Futebol também me perguntou se eu queria alguma verba para Oliveira do Hospital e eu respondi-lhes o seguinte: *“Eu não quero verba nenhuma para Oliveira do Hospital. Vocês não perceberam! Há outros Concelhos que foram afetados. O que queremos é a realização de um jogo em Coimbra para que as receitas revertam para todos os Concelhos do Distrito. Isso era o mínimo que poderiam fazer para serem justos.”*

Estamos a realizar um trabalho gigantesco. Um trabalho de grande dificuldade porque há problemas de alta complexidade.

Dou-vos como exemplo uma situação na localidade de Aldeia Formosa: Ardeu uma casa que não estava registada, que nunca pagou IMI, o artigo matricial é Rústico. Toda a gente sabe, e tem a certeza, que aquela pessoa vivia naquela casa. O grande problema é que o nosso PDM não permite construções naquele terreno.

Como podem perceber, problemas iguais e este que vos relatei, são muitos. São problemas com grande dificuldade de resolução e, por isso, têm que ser analisados um a um.

Um Presidente de Câmara, nesta fase, tem que dar resolução ao problema da reconstrução das casas de primeira habitação, porque os processos têm que andar.

Hoje vêm aí algumas determinações e por isso também quero anunciar que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal vai pedir a inclusão na Ordem

do Dia da isenção do IMI aos prédios destruídos pelos incêndios de 15 de outubro, que foi aprovada ontem na reunião de Câmara.

Esta isenção do IMI tem a duração de três anos e terá um valor de cerca de trezentos e sessenta mil euros. Este valor não tem muito rigor porque o número de casas ardidas é muito grande e, por isso, foi feita uma estimativa.

Relativamente ao Fundo REVITA, que foi aqui abordado pelo Dr. Luís Lagos quero dizer o seguinte: O Fundo REVITA foi constituído com dinheiro privado. Foi dinheiro que proveio, por exemplo dos Concertos realizados em Lisboa.

Nós sabemos todos que Oliveira do Hospital tem uma conta solidária, que não tem muito dinheiro, mas já tem algum. Não posso agora dizer concretamente qual é o valor da conta solidária mas penso que terá mais de trinta mil euros.

Dizer também que se criou um clima de desconfiança em relação aos donativos. Há muita gente que pergunta: Onde é que anda o dinheiro que foi doado para Pedrógão Grande?

Para que haja mesmo transparência, deixei-me dizer-vos que criámos a conta solidária e até agora não tirámos um único euro dessa conta.

Queremos dar um significado aos donativos para dar justificação pública às pessoas que doaram aquele dinheiro. Aquele dinheiro tem que se aplicar em algo que seja importante para o Concelho e poderemos discutir esse assunto aqui na Assembleia Municipal.

Todas as despesas que estão associadas aos incêndios foram pagas com dinheiro do orçamento da Câmara Municipal. Desde as máquinas que alugámos para as demolições, todas as despesas associadas aos incêndios foram pagas com dinheiro do orçamento da Câmara.

A conta solidária até agora está virgem, está imaculada. Não tocaremos na conta solidária enquanto não houver uma decisão para aplicação do dinheiro. Temos que dar satisfação a todas as pessoas e não queremos criar um clima de desconfiança.

Peço desculpa a alguns Presidente de Junta mas este ano tem sido atípico: Costumávamos fazer reuniões para discutir o orçamento e não as fizemos porque não foi possível. Teremos ainda que conversar sobre alguns assuntos que não estão no orçamento.

Quero também abordar mais um tema que poderá não ser muito agradável! Foi o tema que o Deputado João Brito colocou sobre o papel da Saúde: O Deputado João Brito fez uma intervenção, na minha opinião,

completamente populista. Uma intervenção que, morre já, com o que vou dizer de seguida: No dia dos incêndios, se não fosse a Fundação Aurélio Amaro Dinis, a nossa população tinha ficado sem cuidados de Saúde.

O nosso Serviço de Atendimento Permanente foi fechado porque não tinha energia elétrica. A Fundação Aurélio Amaro Dinis tem geradores, aqui fez toda a diferença, e por isso prestou os cuidados de saúde à população. As pessoas têm de saber que tivemos quase cem pessoas queimadas. Foi preciso fazer um grande trabalho. Também tenho que agradecer aos médicos e enfermeiros que se disponibilizaram e foram para lá trabalhar. Fez-se um grande trabalho e foi um trabalho público, não foi um trabalho privado, porque temos que ver a Fundação Aurélio Amaro Dinis como uma IPSS.

Mas, quero-lhe dizer, Sr. Deputado João Brito, quando o ouvi falar sobre este tema pensei que não era verdade e pensei que estava a sonhar. Foi uma vergonha, tenho que lhe dizer, que foi vergonhoso o comportamento de algumas pessoas quando deixaram roubar o serviço de urgência básica de Oliveira do Hospital, com silêncio de cumplicidade, e sem fazer nada para ele cá ficar, quando Oliveira do Hospital é que o merecia ter. Isto não aconteceu com o meu Executivo, isto aconteceu com outros Executivos.

Estão aqui pessoas que trabalham no Serviço de Atendimento Permanente que sabem muito bem o que se passou e há aqui pessoas que estiveram comigo na minha campanha eleitoral que sabem que eu disse o seguinte: Em Oliveira do Hospital devemos ter umas urgências a sério. O povo votou nisso.

Tenho que elogiar todos os profissionais de saúde que trabalham no Serviço de Atendimento Permanente e sempre fizeram o seu melhor sem terem acesso a meios complementares de diagnóstico como por exemplo um Serviço de raio-X as vinte e quatro horas.

O SAP ia fechar. E sabe porque é que ia fechar? Não ia fechar por causa dos enfermeiros, dos auxiliares ou dos administrativos. Ia fechar porque os nossos médicos decidiram que não faziam SAP noturno. Os nossos médicos têm sido uns heróis porque estão sobrecarregados com trabalho devido à falta de médicos.

Nós temos lutado para que as nossas populações tenham cuidados de Saúde durante vinte e quatro horas.

Com certeza o Deputado João Brito ficava mais contente se Oliveira do Hospital não tivesse Serviço de Atendimento Permanente das oito da noite às oito da manhã.

Nós não somos cúmplices da desgraça em que deixaram os Serviços de Saúde de Oliveira do Hospital com a fuga do Serviço de Atendimento Permanente para Arganil quando Oliveira do Hospital é que era o Concelho de referência.

O Serviço de Atendimento Permanente das oito da noite às oito da manhã está a ser prestado pela Fundação Aurélio Amaro Dinis e eu acho que está bem entregue. Eu tenho ido lá, de vez em quando, para ver como é que as coisas correm e vou-lhe dizer: Estou preocupado com os Serviços de Atendimento Permanente das oito da manhã às oito da noite. Sabe porquê? Porque tínhamos três médicos que se foram embora porque lhe deram mobilidade. Uma vergonha! E ficámos sem médicos.

Temos médicos que têm sido incansáveis. Temos aqui uma médica que eu posso destacar, é nossa Deputada Municipal, a Dra. Ana Marta Garcia.

Os médicos têm sido incansáveis e têm feito os possíveis e impossíveis no Serviço de Atendimento Permanente mas ninguém os poderia obrigar a trabalhar todos os fins de semana, a trabalhar durante as noites, constantemente, e depois terem o trabalho com os seus utentes do Centro de Saúde.

Por isso vou-lhe dizer que a solução encontrada para que as pessoas não ficassem sem cuidados de Saúde que me satisfaz. Eu continuo a lutar para termos uma Urgência de vinte e quatro horas.

A Fundação Aurélio Amaro Dinis deve recrutar as pessoas que trabalhavam no Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde porque elas têm uma experiência acumulada de saber. Essa é que é a minha opinião.

Todos temos lutado muito para termos melhores condições no acesso aos cuidados de Saúde e também temos a garantia que neste Concurso de Recrutamento de Médicos, que se vai realizar agora, há quatro vagas para Oliveira do Hospital. Isto não quer dizer que temos garantias que os Médicos vão ser colocados. Este é que é o drama.

Nós temos a obrigação de defender melhores Serviços de Saúde em Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como já foi referido pelo Deputado Eng.º João Brito e pelo Sr. Presidente da Câmara, temos mais um Ponto para incluir na Ordem do Dia.

Este assunto foi ontem discutido e aprovado em reunião de Câmara Municipal e está relacionado com a isenção do IMI dos prédios destruídos pelo incêndio de 15 de outubro de 2017 e passaria a ser o Ponto XIX.

De acordo com o que está previsto no Regimento colocava à consideração dos Srs. Deputados a possibilidade de incluirmos este Ponto na Ordem do Dia.”

Efetuada a votação, a proposta de inclusão do Ponto XIX - Apreciação e votação da proposta de isenção do IMI dos prédios destruídos pelo incêndio de 15 de outubro de 2017, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Acerca do Ponto I da Ordem do Dia tenho aqui umas considerações para fazer: Se verificarmos os recebimentos - Fluxos de Caixa; reportado de 1/1/2017 a 30/11/2017, temos um grau de execução de 45,38%, ou seja uma dotação atual, 30.173.528,29€ e receita cobrada de 13.694.030,52€. Isto quer dizer que o Orçamento para este ano foi totalmente inflacionado, o que iremos confirmar quando for apresentada a conta da gerência.

No que se refere às GOP's então a diferença ainda é mais significativa, já que a taxa de execução é de 33,58%, o que quer dizer duas coisas, ou o Orçamentado (financiamento definido) está altamente empolado ou então havia financiamento e este executivo, não teve capacidade de realizar as obras que estavam definidas.

Já passei por várias Assembleias e nunca verifiquei um grau de execução orçamental tão baixo nos executivos que acompanhei.

Qual o motivo para que isto tenha acontecido?

No que se refere às dívidas apresentadas nota-se um esforço do Executivo em reduzir os valores com os empréstimos em curso.

Quanto à dívida a fornecedores e prestadores de serviços, como esta Câmara não executa as obras que se comprometeu a fazer, já que constavam das GOP's para 2017 e não foram efetuadas, claro que a dívida é exígua, ou seja, se não há trabalhos realizados ou em curso, não há dívida.

Dando um exemplo de como obras que estavam nas GOP's e não foram realizadas e nem sequer iniciadas: Requalificação e beneficiação da Rua Dr.

Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano e toda a Zona Histórica de Oliveira do Hospital; Requalificação e re-funcionalização do Colégio Brás Garcia; Execução do Ensino pré-escolar, básico, secundário e profissional.

É sintomático, também, pela falta de execução de obras que se pretendiam efetuar, o depósito de 1 milhão de euros no BPI, já que tinha efetuado um empréstimo de 2 milhões de euros e só utilizaram 1 milhão de euros.

De notar, que estas obras estão todas nas GOP's para o próximo ano.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Nós sabemos que o PSD, o mentor deste PSD, foi uma pessoa que nunca conquistou as verbas dos Quadros Comunitários porque ficava aqui na Câmara Municipal.

O Deputado João Esteves, tal como esse mentor, não percebe o seguinte: O que me admira! Até acho que o Deputado João Esteves não conhece as Freguesias, nem os lugares mais recônditos do Concelho, porque se conhecesse iria encontrar a execução de doze ETAR's financiadas pelo POSEUR no valor de quase dois milhões de euros; Iria encontrar a obra na Av. Dr. Carlos Campos; Iria encontrar a estrada que está a ser requalificada em Gavinhos; Iria encontrar a estrada do Sr. das Almas para Nogueira do Cravo.

Sr. Deputado João Esteves, no tempo do seu mentor é que não havia obras mas vou dizer-lhe algumas obras que poderiam estar a ser realizadas e que não estão.

O seu partido durante muitos anos congelou o Quadro Comunitário porque tinham medo do Tribunal de Contas.

Temos obras que estão adjudicadas e, o Senhor saberia quais são, se andasse atento à vida autárquica, para não dizer asneiras.

A Obra na Rua Dr. Virgílio Ferreira e na Rua Alexandre Herculano já esteve adjudicada mas houve uma empresa, que ficou classificada em 2º lugar, que impugnou o Concurso e recorreu para Tribunal e tivemos que estar à espera da decisão. A obra não está a ser realizada por causa disso.

Também lhe quero dizer que a decisão do Tribunal saiu esta semana e deu razão à Câmara Municipal. Também está aí o Dr. João Ramalhete, que foi o advogado deste processo, que poderia dar-lhe os esclarecimentos.

Digo-lhe mais: O seu partido, em reunião de Câmara Municipal, votou contra as obras na Escola Secundária de Oliveira do Hospital, porque a Câmara Municipal assegurou 15 % do valor das obras para requalificar aquela escola.

Foi aberto o Concurso e a obra está adjudicada a uma empresa do Concelho. A obra ainda não está a ser realizada porque o Tribunal de Contas coloca sempre problemas, nomeadamente na titularidade do edifício. Está aqui o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas na qualidade de Vereador que sabe isso.

Esta execução orçamental não tem sido por falta de Obras. Esta execução orçamental teve a ver sobretudo com um conjunto de obras que poderiam estar a decorrer mas que o Tribunal de Contas colocou uma série problemas.

Sr. Deputado João Esteves, eu fico contente, sabe porquê? Nós fomos a favor da Câmara Municipal pagar 15% do valor das obras. Como foram a favor outros Concelhos que conseguiram também este dinheiro como eu consegui. Foram mais de um milhão e trezentos mil euros para fazer estas obras. Houve muitos Presidentes de Câmara do PSD que também tentaram e não conseguiram e houve outros Presidente de Câmara que conseguiram e pagam 15%, mas o PSD de Oliveira do Hospital quer ser diferente.

Também devia saber que para o Tribunal de Contas visar qualquer obra nós temos que meter as obras que são financiadas pelo Pacto de Coesão Territorial e pelo PEDU no orçamento.

Temos aqui neste orçamento uma Candidatura, que acabámos de fazer, no valor de quase três milhões de euros, que tem a ver com a estabilização dos solos. Eu não sei se a Candidatura vai ser aprovada e o Senhor, no próximo ano, vai-me dizer que tenho um Plano e Orçamento com pouca taxa de execução. Se a candidatura não fosse aprovada eu poderia ter feito uma coisa diferente: Na última Assembleia fazia uma rectificação ao nosso Orçamento.

Nós não estamos aqui para dizer que fazemos muito. Nós queremos é fazer. Temos a certeza que durante estes anos fizemos muito mais do que os seus mentores fizeram.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2018, em 5%.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A proposta é clara: É mantermos a taxa no mesmo valor do ano passado.

Neste momento não fazia sentido que baixássemos a percentagem da participação variável no IRS.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome do Partido Popular Oliveirense quero aqui manifestar a posição contrária a esta proposta porque me parece ser uma opção claramente ideológica.

Esta taxa é a taxa máxima permitida por Lei e vários Municípios do nosso Distrito não a praticam.

Temos o exemplo aqui ao lado: Arganil dá por inteiro esta percentagem do IRS à sua população; Góis tem uma taxa de 2,5%; Lousã tem uma taxa de 4%; Figueira do Foz tem uma taxa de 4% e temos Coimbra com uma taxa de 4,5%.

O que me espanta ainda mais é quando no texto da medida se diz o seguinte: “*Vemos que a eventual fixação de uma taxa inferior beneficiaria os agregados familiares de maior rendimento.*”

Ora, eu gostava que o Sr. Presidente de Câmara me explicasse se uma pessoa que auferir rendimentos superiores a seiscentos e quarenta euros por mês beneficia de um estado de vivência particularmente positivo e desafogado.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, quero aproveitar a oportunidade para começar por apresentar a todos os meus votos de continuação de Boas Festas, e o desejo de um Bom Ano de 2018, repleto de sucessos pessoais e profissionais.

Por proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, foi aprovada pela maioria dos Srs. Vereadores, a fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2018, em 5%.

Assim, e nos termos do disposto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que confere o direito aos Municípios, em cada ano, a uma participação até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, facilmente constatamos, sem grande surpresa, mas com repúdio, que o Município de

Oliveira do Hospital, opta, mais uma vez, por aplicar a taxa máxima legalmente admissível.

Para fundamentar a aplicação da taxa máxima, refere o Sr. Presidente da Câmara que a eventual fixação de uma taxa inferior beneficiaria os agregados familiares de maiores rendimentos.

Sinceramente não aceitamos, ou sequer compreendemos tal fundamento, como adiante explicaremos.

Reforça ainda a opção pela aplicação daquela taxa, com a anterior aprovação de uma medida que permitiu a redução de 30% à taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos e em matéria de redução dos valores do mesmo imposto nos casos de imóvel destinado a habitação própria permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, e ainda o facto de estar em curso a aplicação de um amplo conjunto de apoios sociais direcionado aos estratos sociais mais desfavorecidos.

Ora, se quanto ao primeiro fundamento, entendemos que o mesmo em nada impede a opção pela fixação de uma taxa inferior a 5%, quanto ao segundo nada se pode dizer já que o mesmo é totalmente vago e genérico, além de, talvez convenientemente, meramente especulativo.

Pois bem, como consta bem expresso da proposta, o Município de Oliveira do Hospital dispõe desta faculdade desde 2009, sendo certo que nunca fixou percentagem inferior ao limite máximo, ou seja, 5%.

Para que não restem dúvidas, entendemos que o Município tem agora uma excelente oportunidade de inverter esta prática, além de um conjunto de factos que, além de justificarem, impunham uma redução da taxa a fixar.

Tem sido entendimento deste Executivo, acompanhando o partido que representam, que se deve onerar sempre os mais ricos, em detrimento dos mais pobres, ou seja, a ideia sempre permanente que aqueles que maior riqueza produzem devem ser os únicos, ou pelo menos os principais responsáveis pelo financiamento do Estado.

Entendemos esta forma de pensar e agir, como um erro crasso no progresso do Município. Quem mais produz, paga naturalmente mais, pois é sobre o seu rendimento que irá incidir a taxa, e por isso, facilmente se conclui que quanto maior for a riqueza produzida maior é o volume de imposto a pagar, ocorrendo naturalmente o inverso para quem tiver menor riqueza.

Por outro lado, tendo em conta a situação de calamidade que infelizmente assolou o nosso Concelho, mais concretamente os enormes incêndios florestais de que há memória em Oliveira do Hospital, impunha-se um pensamento, ao nível dos impostos a aplicar, manifestamente diferente.

Os incêndios afetaram de forma indiferenciada inúmeras famílias Oliveirenses, e bem assim os pequenos, médios e grandes empresários.

O fogo não escolheu ninguém, escolheu tirar tudo a todos, salvando-se apenas aquilo que o esforço conjunto de todos conseguiu evitar.

Face a uma situação excecional, impõem-se, pelo menos no curto prazo, medidas excecionais, como forma de tentar atenuar os prejuízos sofridos.

As medidas de apoio social são inegavelmente bem-vindas, porém, vivemos tempos de ir mais além na aplicação dessas medidas, e desta vez, abrangendo não apenas aqueles que são mais pobres, mas também todos os que sofreram, de uma forma ou outra, direta ou indiretamente, graves prejuízos, os quais se fazem sentir no imediato, mas certamente, nos próximos anos.

A aplicação de uma taxa inferior aos 5% pretendidos seria um enorme contributo para todos, e um claro sinal de auxílio do Município.

Os rendimentos são inegavelmente baixos, para a grande maioria das pessoas e empresários, certamente mais baixos ainda tendo em conta o supra referido, pelo que qualquer valor que se pudesse evitar ser retirado a cada um deles, representaria uma ajuda excecional.

Tendo em conta que a taxa a aplicar é fixada com periodicidade anual, e naturalmente compreendendo os argumentos invocados pelo Sr. Presidente da Câmara, os quais bem sabemos ter fortes implicações orçamentais, como clara diminuição da receita, nos próximos anos poder-se-iam fazer os ajustes que se vierem a revelar necessários.

Por fim, relembramos que o partido político que o Sr. Presidente da Câmara representa, propôs no passado que se abdicasse, ou pelo menos fosse obtida de forma residual, esta receita.

Assim, é com estranheza, que ano após ano, vemos este Executivo não ser coerente com o passado, mas enfim o povo já está habituado a semelhante comportamento.

Deste modo, temos a firme convicção de que se está a perder uma oportunidade única de ajudar os Municípes, sobretudo se pensarmos que atualmente carecem severamente de toda a ajuda possível, pelo que não poderemos deixar de votar desfavoravelmente esta proposta.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Eu confesso, já uma vez disse isto numa reunião de Câmara: Eu acho que alguns Deputados do PSD que padecem de bipolaridade política. Isto é bipolaridade política, não é outra coisa!

Portanto, o que é que nós aqui assistimos: Os Senhores querem, corte nos Impostos, redução das Receitas mas mais obra e mais Execução Orçamental.

Falamos sobre os incêndios e não há uma crítica. O que mostra que o Executivo esteve ao lado das famílias e que apoiou.

Apoiou financeiramente, estivemos à frente, fomos mais rápidos e fomos mais longe do que o Governo da República, com o nosso dinheiro.

Mas os Senhores vêm aqui e dizem-nos o quê?

Queremos corte nos impostos, redução da receita, mas mais obras, mais apoios, redução do IMI. Isto é “sol na eira e chuva no nabal”.

Meus amigos, Vamos lá ver se nos entendemos porque eu acho que vocês têm memória curta!

Vocês quando estavam aqui, quando Governavam, faziam escolhas.

Governar é exactamente isso. É fazer escolhas!

Os Senhores esquecem-se que o dinheiro é um bem escasso.

É muito estranho ser uma pessoa de esquerda a explicar-vos isto! Isto chega a ser quase surreal!

O dinheiro é um bem escasso e, por isso, ou o aplicamos num lado ou o aplicamos no outro.

Os Senhores têm que se decidir!

Agora, não podem vir para aqui fazer populismo e demagogia.

Porquê? Vou-vos explicar isto. Isto é um segredo só nosso: O povo castiga-vos!

Vocês deviam ter aprendido que o povo de Oliveira do Hospital está atento e percebe que os Senhores desse lado fazem um trabalho pouco sério, pouco credível e com pouca oposição.

E digo-vos mais: O PSD faz falta nesta casa! Um bom PSD! Um PSD que tenha propostas, que tenha ideias e que não seja demagogo.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu tenho que fazer aqui uma observação: Eu sei que o debate político tem naturalmente destas coisas. Quando se tem presente o histórico, e nem

sempre os partidos são muito coerentes e têm uma atitude, enfim eu não quero utilizar nenhum adjetivo menos adequado.

A verdade é que eu pretendo que o debate tenha elevação. Acho que podemos dizer as coisas com frontalidade mas com elevação. Vamos procurar manter esse nível. Isso também pressupõe responsabilidade.

Eu não quero estar aqui a assumir, desde já, juízos de valor mas, neste curto espaço de tempo, também já aqui notei incoerências relativamente àquilo que é a minha observação da vida política do Concelho que eu acompanho há umas décadas.

Dito isto, e antes de passarmos à votação, gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecesse o que está aqui em causa.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sra. Presidente da Assembleia, não quero condicionar a discussão mas as inscrições para o debate são feitas logo após à apresentação do Ponto. Os Senhores Deputados, agora, querem vir rebater todas as intervenções que entretanto são feitas alegando a defesa da honra. O Sr. Deputado João Ramalhete disse o que lhe ia na alma tal como os outros.

Queria responder às intervenções dos Srs. Deputados, Nuno Rafael Oliveira Dias e Sofia Alexandra Alves Duarte Clara para dizer o seguinte: O Sr. Deputado Nuno Rafael devia ter falado também na derrama mas, se calhar, não sabe o que é a derrama.

O Sr. Deputado devia ter visto quais são os Concelhos que aplicam a taxa de derrama e devia ter visto que em Oliveira do Hospital a Câmara Municipal não aplica a taxa de derrama sobre as suas empresas.

Também tenho que dizer que não é o momento para aplicar esta taxa mas até poderíamos aplicar a taxa de derrama às empresas que tivessem mais de um milhão de euros de lucros. A taxa de derrama nunca se colocou porque o estado económico do Concelho tem que ter uma gestão rigorosa.

A Câmara Municipal tem uma boa gestão, não tem dívidas, paga aos empreiteiros a tempo e horas e o Sr. Deputado João Esteves acha que não há obras porque não estava nenhum valor em dívida e porque não fomos capazes.

Olhe, não fizemos obras eleitorais e ganhámos as eleições!

A propósito do que disse a Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, eu vou dizer-lhe que terminou com uma frase muito interessante: “*O Povo está habituado a este comportamento.*”

Sem dúvida nenhuma que está habituado a este comportamento e a Sra. Deputada também sabe que este comportamento foi sufragado nas urnas e o povo deu-lhe como resposta que está habituado a este comportamento. Por isso, a Sra. Deputada sabe quanto é que valem as vossas opções políticas.

Deixei-me dizer-vos o seguinte: Realmente os Srs. Deputados do PSD, no tempo em que Governavam esta Câmara, não precisavam das verbas do IRS sabem porquê? Porque andavam aqui os Presidentes de Junta de chapéu na mão. Os Srs. Presidente de Junta não recebiam as verbas que hoje recebem.

O PSD tem uma história e parece que os Deputados do PSD querem apagar o passado. Se vocês quiserem podem fazer a proposta para tirar as verbas às Juntas de Freguesia e tiramos também a taxa de 5% de IRS e depois vamos ver como é que reagem as pessoas?

Ou acham que os Srs. Presidente de Junta devem continuar a ter dignidade e a receber essas verbas?

Também quero dizer-vos o seguinte: Se repararmos no valor das receitas, porque este valor também lá está, mas não souberam ler. A oposição não leu porque não sabe ler, ou porque não quis ler: De dois mil e quinze para dois mil e dezasseis a receita diminuiu em cerca de cento e cinquenta mil euros. Sabem porque é que diminuiu a receita?

Porque esta Câmara é amiga das famílias com filhos e a redução do IRS aumenta em função do número de filhos. Nós fizemos isto. E por isso nós já apoiamos as famílias.

Dizer também que a maior parte das pessoas, devido a algumas leis, não pagam IRS e achamos que não as devemos sobrecarregar porque são pessoas com poucos rendimentos. E viver com o ordenado mínimo é difícil em Portugal.

A receita do IRS será de cerca de trezentos e cinquenta mil euros.

O Dr. João Ramalhete analisou as intervenções dos Srs. Deputados do PSD de uma forma brilhante.

Os Srs. Deputados não podem apagar a história e era bom que retrocedessem ao tempo do Governo PSD/CDS, porque nunca nenhum Governo fez com que a classe média pagasse tantos impostos como o vosso Governo. Uma vergonha!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial,

relativa aos rendimentos do ano de 2018, em 5%, que foi aprovado por maioria, com cinco votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para autorização de compromissos plurianuais até ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Entendemos que, sendo a Assembleia Municipal o Órgão máximo do Município, a proposta de delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara, para autorização de compromissos plurianuais até ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), vem retirar poderes a esta Assembleia e transferi-los para o Sr. Presidente.

Por uma questão de transparência e por considerarmos ser um valor demasiado elevado para que não seja deliberado pela Assembleia, votamos Contra.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar só uma nota sobre esta delegação de competências: Esta delegação de competência é igual à que se fazia no passado.

Dizer ainda que esta delegação de competências serve para agilizar o funcionamento da Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para autorização de compromissos plurianuais até ao valor de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), que foi aprovado por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Acerca deste Ponto IV queria dizer o seguinte: Os Deputados do PSD entendem que, baseados no princípio da transparência, do rigor e do respeito pelas pessoas desta Assembleia, todas as isenções concedidas deve ser dado conhecimento a este Órgão. Estas isenções devem ser acompanhadas de um mapa onde conste o nome do requerente e o valor de isenção concedido para que se possa ter conhecimento dos montantes totais concedidos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não vejo problema nenhum em apresentar um mapa com as isenções concedidas. De qualquer das maneiras os Srs. Deputados têm estas informações nas atas das reuniões de Câmara Municipal que são públicas e que estão publicadas na página de internet do Município de Oliveira do Hospital.

A apresentação destes mapas é duplicarmos trabalho contudo vou falar com os Serviços de Contabilidade para efectuarem estes mapas porque aqui não temos nada para esconder porque estas isenções são públicas.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“É só a questão de uma visão de conjunto. Eu percebo!

O Sr. Presidente da Câmara Municipal comprometeu-se em ver se é exequível a elaboração deste Mapas.

A Câmara Municipal não está a precisar de mais sobrecarga administrativa. Isso todos nós sabemos.

Os Serviços não estão folgados para os estarmos a sobrecarregar com tarefas desnecessárias mas se efectivamente for algo que não tenha uma sobrecarga significativa o Sr. Presidente da Câmara comprometeu-se que irá falar com os Serviços para ver se é possível disponibilizar essa informação.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, da proposta de concessão de isenção de imposto Municipal sobre transmissão onerosa de imóveis à firma “Eurofranjas Guerra, Lda.”, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar um esclarecimento sobre esta empresa: Esta empresa, mais conhecida por Joaquim Guerra, tentou adquirir um pavilhão para continuar a laborar porque arderam as suas instalações, como todos sabem.

Este pavilhão pertence à firma A.M.Pereira mas colocava-se um problema porque este pavilhão não tinha licenciamento. O Executivo anterior autorizou a construção deste pavilhão de maneira ilegal, o que foi alvo de uma inspeção e que resultou numa denúncia para o Tribunal Administrativo do Porto, considerando a construção ilegal.

O Tribunal Administrativo do Porto, já no meu mandato, através de uma sentença, ordenou a demolição deste pavilhão. A ordem para a demolição deste pavilhão foi em plena crise de emprego no ano de 2010.

Eu escrevi ao Juiz dizendo que trabalhavam naquela fábrica catorze trabalhadores e por isso não era altura de mandar mais trabalhadores para o desemprego e que não faria a demolição.

Ao aprovarmos o nosso PDM, que ampliou a nossa Zona Industrial, este pavilhão já pode ser licenciado mas o licenciamento foi indeferido porque o pavilhão situava-se na área não edificante devido ao traçado do IC6.

O proprietário da empresa A.M.Pereira foi várias vezes às Infraestruturas de Portugal para desbloquear esta situação.

Há vários casos em que não é permitido construir devido à área não edificante do IC6, que são 400 metros.

Isto é uma tragédia. Não temos IC6 mas temos uma área não edificante que não nos deixa construir.

As infraestruturas de Portugal, há cerca de um ano, deixam de ter competência e só dão parecer e esta competência passa para o IMTT. Nós tínhamos lá doze Processos e nunca mais houve respostas, nem se conseguiam desbloquear as situações.

Quero dizer-vos que derivado aos incêndios e com uma pressão enorme sobre o Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Marques, foi publicado em Diário da República a Declaração nº 94/2017, no dia 13 de dezembro, com a

redução da área não edificante e agora já se pode licenciar o pavilhão e já podemos emitir a licença de utilização.

É esta a história deste pavilhão.

Esta empresa A.M.Pereira pode ter ido para insolvência porque nunca pôde dar o pavilhão como garantia bancária. Este processo foi altamente complexo.

Perante todo este mar de dificuldades dos nossos empresários e perante toda a nossa coragem eu proponho à Assembleia que aprove esta isenção que são cerca de trinta e um mil euros.

Este empresário revelou um enorme ato de coragem ao adquirir novas instalações para começar a funcionar enquanto não recupera as instalações que arderam.

É isto que temos que agradecer a estas pessoas de Oliveira do Hospital a quem eu chamei de empresários heróis.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer que doze anos depois é bom estar de volta. De facto em dois mil e cinco deixei de fazer parte do elenco de Deputados Municipais.

Agora, estou, efectivamente, de volta.

Sra. Presidente da Mesa, não posso deixar de intervir neste Ponto V da Ordem do Dia porque, com toda a franqueza, tive o cuidado de ler a documentação que nos foi facultada pelos Serviços da Assembleia Municipal. E tendo tido a oportunidade de ouvir as diversas intervenções que desde o início aqui têm vindo a ser proferidas, fiquei claramente perplexo.

A minha perplexidade vem do facto de tentar perceber se o PSD Concelhio aqui representado tem preocupações efectivas relativamente ao renascer das empresas em Oliveira do Hospital.

Há pouco, no Período de Antes da Ordem do Dia, o ilustre colega Deputado, Sr. João Esteves, dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara uma questão sobre diversas situações se eventualmente a Câmara estaria, ou não, a ponderar e uma delas foi: “*Se estaria, ou não, a ponderar atribuir a isenção de IMT para a isenção de terrenos ou edifícios para as pessoas e empresas?*”

Parece-me que estou a citar correctamente!

Ora, meus amigos, foi isto que me deixou perplexo. E já vão perceber porquê?

Se hoje ninguém aqui tivesse falado dos incêndios, forçosamente esta Assembleia tinha que falar deles devido a este Ponto V da Ordem do Dia.

A empresa que aqui está a requerer a isenção de IMT para a aquisição de um pavilhão industrial é a segunda maior prejudicada do ponto de vista empresarial com estes incêndios.

Esta Eurofranjas Guerra, Lda. pertence ao universo da empresa J. Guerra e é ela que está a adquirir o pavilhão.

Ora, a empresa J. Guerra ou este universo de empresas J. Guerra, tiveram cerca de quinze milhões de euros de prejuízos diretos com o incêndio. Perdeu-se um edifício que se espalhava por dois lotes da Zona Industrial, toda a maquinaria, cerca de cinquenta postos de trabalho.

E, agora, os empresários pretendem retomar a laboração, pretendem reintegrar os funcionários e pretendem, no fundo, fazer renascer a sua actividade económica.

Muito bem, o Deputado João Esteves veio perguntar: Então, e a Câmara tem preocupações quanto à isenção do IMT?

Qual é a minha dúvida? E voltamos ao cerne da questão: O PSD concelhio quantas vezes tem?

Esta preocupação é do Sr. Deputado João Esteves? É dos Deputados Eleitos? É dos Srs. Presidentes de Junta que fazem parte dos Deputados desta Assembleia Municipal? Mas porque é que não é do Sr. Vereador da oposição? Porque é que não é?

Porque se, eventualmente, lerem a ata da Câmara da proposta de apresentação à Assembleia Municipal, verão que o Sr. Vereador se absteve. O Sr. Vereador do PSD absteve-se!

Pergunto eu, agora, aos Srs. Deputados eleitos e aos Srs. Presidente de Junta, que vão aqui hoje votar esta proposta na Assembleia Municipal se estão de acordo e se vão seguir a orientação de voto do Vereador do Executivo? Vão fazer isso? Vão “lavar as mãos” como ele “lavou as mãos” nesta questão específica, quando está em causa o renascimento de uma empresa com mais de cinquenta postos de trabalho no Concelho?

Vão “lavar as mãos” e vão ficar indiferentes perante os empresários, perante as vítimas da calamidade de 15 de outubro? É que ele ficou! Absteve-se!

Meus Senhores, quantas vezes temos?

Vão-se importar, ou não, como ele não se importou, com cinquenta famílias que ganham o pão naquela empresa?

Meus amigos, quanto mais não fosse, como sinal para todos aqueles que infelizmente foram vítimas dos incêndios de 15 de outubro, era um dever moral, de qualquer eleito Municipal que se pronunciasse sobre esta matéria, aprovar a proposta que foi feita para esta Assembleia discutir e votar a isenção de IMT. Não foi feito!

Eu vou aprovar esta proposta mas, não posso deixar de dizer, tenho vergonha que no mesmo Concelho onde eu também sou eleito autárquico alguém tenha tido a postura que o Sr. Vereador do PSD teve ao abster-se nesta matéria.

Gostaria de saber se os seis elementos que nesta Assembleia Municipal representam o PSD irão fazer o mesmo ou irão votar como devem e que é favoravelmente?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Caro Deputado Rui Monteiro, não pode estar tão nervoso!

Primeiro quero dizer-lhe que o voto de abstenção foi a consequência de uma pergunta que o Vereador fez.

Se o Senhor Deputado leu a ata, então deveria ter lido tudo. O Senhor leu na ata apenas que o Vereador se absteve.

O Senhor não soube porque é que o Vereador se absteve e por isso precipitou-se.

O Vereador do PSD perguntou se havia, se existia, licença de utilização do edifício?

O Sr. Presidente, e muito bem, explicou-lhe e ficámos todos esclarecidos e por isso neste momento estamos em condições de poder atribuir a licença de utilização ao edifício.

O Sr. Deputado deve saber que não podia haver a transmissão de imóveis se não houvesse licença de utilização.

Neste momento fomos esclarecidos pelo Sr. Presidente da Câmara de que, efetivamente, não tem licença mas que temos todos as condições para dar a licença de utilização.

Portanto, o voto do PSD, como é lógico, vai ser favorável neste caso.

Relativamente ao assunto anterior queria também dizer que o Sr. Presidente tem esses dados das isenções porque a Sra. D. Isilda trazia-nos essa informação. Este trabalho está feito e é uma questão de o trazer.

Ainda, referente à intervenção do Deputado Rui Monteiro, queria dizer o seguinte: Nós pedimos a isenção do IMT não só para aquela empresa. Nós pedimos a isenção para todas as empresas que fossem afectadas. E nós, aqui, estamos de acordo mas o Senhor é que leu pouco e o pouco que leu parece que não entendeu!

Nós estamos de acordo que seja dada a isenção a todas.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que do ponto de vista regulamentar tenho que dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara porque é ele que apresenta a proposta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há pessoas que deviam conhecer as regras.

Os Vereadores participam na Assembleia com a autorização do Presidente da Câmara Municipal.

Eu não tenho nada a acrescentar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui está o exemplo de empresários que não se deixam vencer pela calamidade que se abateu na sua empresa.

Tomaram a iniciativa de pôr em andamento a atividade que desenvolviam na fábrica que ficou totalmente destruída.

Tomando em consideração o empenho que estes empresários têm de retomar a atividade o mais rapidamente possível, será de apoiar e louvar o seu esforço, pelo que deveremos apoiar a isenção do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de imóveis, à firma em causa.

Também tenho que responder ao Sr. Deputado Rui Monteiro porque o PSD foi visado na intervenção que ele fez, aqui, altamente acalorada: O Sr. Deputado Rui Monteiro sabe quais são as razões que levaram o Vereador do PSD a abster-se na Sessão da Câmara Municipal? Tem aí a ata? O Sr. Deputado sabe quais foram as causas da abstenção? Era isto que eu queria perguntar.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu espero não ter muitos momentos destes! As pessoas sabem as regras e depois entra tudo a dialogar. Se não tivermos o cuidado de respeitar as regras isto vai ser difícil.

Eu também acho que o Deputado Rui Monteiro pode falar um bocadinho mais baixo. Sei que cada um tem o seu estilo mas o Sr. Deputado falou uns decibéis acima do meu gosto.

Do ponto de vista do conteúdo, o Deputado Rui Monteiro, a meu ver, não disse nada que merecesse reparo, apenas o nível de decibéis.

Relativamente ao pedido do Sr. Vereador eu lamento mas regulamentarmente eu não posso dar a palavra porque como sabe o Executivo nesta Assembleia é representado pelo Sr. Presidente da Câmara. É o Sr. Presidente da Câmara que decide a quem dá a palavra neste momento de interpelações.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer aos Deputados do PSD que na reunião de Câmara foram dados todos os esclarecimentos nomeadamente os esclarecimentos relacionados com a área não edificante e foi descrito também este processo da empresa Joaquim Guerra e da empresa A.M.Pereira e, por isso, cada um vota como quer.

Penso que o Deputado Rui Monteiro interpela e interpreta como os outros interpretam.

Há aqui uma proposta que foi colocada e que não pode servir de pretexto para se absterem em todas as isenções do IMT.

A Assembleia Municipal não tem legitimidade nem competência para aprovar coisas abstractas e por isso é preciso trazermos aqui a proposta com o nome do requerente da isenção para as pessoas votarem com consciência e não de forma abstracta. E é bom que seja assim.

Penso que relativamente a outros pedidos de isenção que devemos ter a mesma posição e deveremos ser coerentes.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, da proposta de concessão de isenção de imposto Municipal sobre transmissão onerosa de imóveis à firma “Eurofranjas Guerra, Lda.”, nos termos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui um pequeno esclarecimento: Quem é empresário sabe o que é um empréstimo caucionado.

Este Ponto VI refere-se a um empréstimo caucionado de quinhentos mil euros com a possibilidade de ser utilizado como antecipação de receitas previstas com o IRS ou até mesmo o IMT.

No último ano de 2017 também fizemos um empréstimo caucionado que não foi necessário utilizar porque a Câmara Municipal tem uma gestão criteriosa.

De qualquer modo por uma questão de rigor é melhor contrair este empréstimo devido à antecipação das verbas às Juntas de Freguesia. As receitas do IMI só entram em maio e nós na Sessão da Assembleia Municipal de fevereiro vamos propor a aprovação dos protocolos com as Juntas de Freguesia.

Como eu já disse este ano de 2017 não foi necessário utilizar o empréstimo.

Com já referiu o Deputado João Esteves nós ainda temos um milhão de euros para fazer obras.

Este é um empréstimo caucionado diferente e que demonstra claramente a saúde financeira da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

A saúde financeira da Câmara é demonstrada logo na taxa que é de 0,55%. Este empréstimo será feito sem nenhuma despesa bancária associada.

Os empresários, que normalmente utilizam estas contas caucionadas, sabem que estas contas têm muitas despesas bancárias associadas.

Os Bancos que ganharam a proposta apresentaram-nos uma taxa de 0,55%, sem despesas e foram o Banco BPI e a Caixa Geral de Depósitos.

Esta conta caucionada é só para ser utilizada em último recurso com as verbas a atribuir às Freguesias. Há dois anos utilizámos duzentos e cinquenta mil euros que foram pagos logo a seguir em maio.

É preciso perceber que esta conta tem que estar encerrada a trinta e um de dezembro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, eu só quero fazer uma pergunta: Qual foi a entidade Bancária escolhida. Foi o BPI ou a Caixa Geral de Depósitos?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como não tínhamos um critério de desempate porque as propostas eram iguais, nós dividimos o empréstimo e faremos dois empréstimos de duzentos e cinquenta mil euros em cada uma das entidades bancárias nomeadamente no BPI e na Caixa Geral de Depósitos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por maioria, com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 130/2017 de 9 de outubro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta está relacionada com as áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica. Esta proposta é feita nos termos do Decreto-Lei 130/2017, de 9 de outubro de 2017 e nesta data ainda não tinha havido o nosso incêndio, como sabem. Este Decreto-Lei estava feito para Pedrogão Grande.

Este Decreto-Lei serve para limitar e agilizar os processos no licenciamento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, eu volto a intervir neste Ponto VII porque acho que faz sentido que regresse com o tema da questão do Fundo REVITA. Acho que o Senhor não percebeu e, eu queria ajudar, para que entendesse: Obviamente o Fundo REVITA é constituído por dinheiro privado. É o dinheiro dos donativos onde se associou posteriormente a Fundação Calouste Gulbenkian, a União das Misericórdias, a Cáritas, e outras entidades. Ou seja, é um fundo constituído também com os donativos de várias entidades, os donativos dos Portugueses associados a esse dinheiro privado, e podem associar-se a outras entidades, como por exemplo Bancos, ou quem quiser doar dinheiro para a reconstrução pode doá-lo àquele fundo. O que acontece é que as vítimas do incêndio de outubro não têm esse fundo porque ele não foi criado.

Oliveira do Hospital não será certamente dos Municípios mais prejudicados. Houve aí um papel meritório de visibilidade da situação Concelhia. Se a ajuda chegou ela chegou certamente de forma mais desafogada do que em outros Concelhos.

A preocupação vai mais longe: Por exemplo, em Pedrogão Grande, neste momento, o estado já colocou dinheiro no Fundo REVITA. O Estado reforçou o Fundo REVITA, salvo o erro, em 2,5 milhões de euros e, depois de existir alguma pressão pública, ficou consignado que o dinheiro do IVA da reconstrução das casas de primeira habitação, o estado vai colocar esse dinheiro também no Fundo REVITA.

Por isso, também é uma questão de justiça, para que não exista discriminação. E tem existido discriminação em várias áreas, eu não quero falar aqui disso, tenho falado disso publicamente, e acho que isso devia ser verbalizado por um Presidente de Câmara. Porque parece que há uma Associação que está a querer colocar-se contra as outras vítimas, e não é nada disso. Mas, aqui, quem tem legitimidade política e foi eleito para representar as pessoas, e Oliveira é provavelmente a Capital da Terra Queimada, como eu lhe chamei, e se calhar tenho mais legitimidade do que todos os outros.

Nós temos que exigir que seja criado um fundo idêntico a esse Fundo REVITA ou, se não, integrarmos o Fundo REVITA. Porque se não estamos numa condição objectiva desigual em relação à reconstrução de casas de primeira habitação de Pedrogão Grande. Basta ler o Regulamento para percebermos que as casas em Pedrogão Grande merecem mais apoio do que

aquele que está no Regulamento para a construção das casas de primeira habitação para aqui. É mais uma desigualdade que eu acho que deveria ser verbalizada por um Presidente de Câmara.

Fica a dica.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Depois do vivido no trágico dia 15 de outubro, em que muitos dos nossos viram ser-lhes roubado a sua agricultura de subsistência, animais, carros, casa. E, pior, pior de que tudo, entes queridos. Pessoas que viram ser-lhes roubado, em escassos minutos, o que foi a criação de uma vida, aqueles que viveram o pior dia da sua vida. A esses temos que lhe dizer que estamos presentes, que estamos ao seu lado, e que têm todo o nosso apoio.

Assim, como não poderia deixar de ser, o PSD está ao lado de tudo o que for humana e legalmente possível fazer em prol dos nossos, para que, com a máxima urgência e com o menor encargo financeiro, as pessoas possam recompor-se e retomar as suas vidas com a dignidade que todos os seres humanos merecem ter.

Por isto, votamos favoravelmente.

Contudo, e porque a nossa preocupação não acaba aqui, aproveitamos para solicitar esclarecimentos sobre as medidas que deviam já ter sido tomadas pelo Município, e que não sabemos se já o foram.

Referimo-nos à alteração ao PDM, pois o artigo 7.º - Planta de Condicionantes 02.1.2 - Recursos Naturais II - Recursos agrícolas e florestais - Povoamentos florestais percorridos por incêndios, que integra as condicionantes relativas a incêndios florestais deve ser objeto de atualização anual, a concretizar pela Câmara Municipal, de acordo com a informação oficial disponibilizada pelo ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, sendo a edificabilidade nestas áreas condicionada conforme estabelecido na lei e no presente regulamento.

Ora, a retificação do Decreto-Lei nº 55/2007 sobre a terceira alteração ao Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de outubro, alterado por ratificação pela Lei nº 54/91, de 8 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 34/99, de 5 de fevereiro, que estabelece Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios, publicado no Diário da República nº 50, 1.ª Série, de 12 de março de 2001, refere o seguinte:

Artigo 1.º

1 - Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações:

a) A realização de obras de construção de quaisquer edificações.

4 - As proibições estabelecidas nos números 1 e 2 podem ser levantadas por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e da agricultura, a requerimento dos interessados ou da respetiva câmara municipal, apresentado no prazo de um ano após a data da ocorrência do incêndio.

Solicitamos, assim, ao Senhor Presidente, que nos informe se tal procedimento já foi realizado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto VII eu penso que este assunto não traz grandes dúvidas.

De qualquer forma, só para salientar os bons ofícios que esta proposta traz para as pessoas mais directamente afectadas pelos incêndios, nomeadamente para a reconstrução de casas, e de empresas ou que, eventualmente, possam deslocalizar a habitação ou empresa.

No fundo o que se pretende com esta proposta é não criar entraves burocráticos que atrasam a realização das obras.

Obviamente, é de salientar, como aqui também é dito na informação do Técnico da Câmara Municipal, que se propõe a própria isenção das taxas administrativas e urbanísticas devidas.

Eu acho que esta proposta serve para facilitar a vida às pessoas e isso é bom!

Desde a data da tragédia ainda não passaram dois meses e meio. Dois meses e meio não é muito tempo. Mas é muito tempo para quem não tem a sua habitação própria e para quem saiu da sua habitação própria e, por isso, a quer rapidamente reconstruída. É muito tempo para o empresário que quer pôr a sua empresa novamente em atividade. É muito tempo!

Estes processos são assim: São lentos, são exigentes, e há situações que, às vezes, não é fácil “dar a volta” às burocracias. Também sei que há casos complicados, como o Sr. Presidente já aqui referiu.

Penso que é com a boa vontade de todos e, neste Ponto VII, obviamente, que tem de haver da nossa parte, da parte da Assembleia Municipal, uma boa vontade perante esta proposta. Essa boa vontade tem que ser expressa, no meu entender, com um voto favorável.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos numa das reuniões da CIM onde estava o Sr. Ministro Pedro Sisa Vieira foi-lhe colocada a questão do Fundo REVITA. Ele não deu nenhuma resposta e disse que ia analisar a situação.

A questão do Fundo REVITA foi apresentada por mim e pelo Presidente da Câmara da Pampilhosa da Serra.

Eu ainda fui mais longe e disse-lhe o seguinte: Os Municípios que têm equilíbrio financeiro estão a descontar, como sabem, para o Fundo de Apoio Municipal. Este Fundo serve para aqueles Municípios que estão em desequilíbrio financeiro. E qual foi a minha proposta?

A minha proposta é muito clara: Esse Fundo de Apoio Municipal está a funcionar até dois mil e vinte, nós descontamos cerca de cem mil euros por ano.

Eu propus ao Governo que nos libertasse desse Fundo de Apoio Municipal e que nos devolvesse o dinheiro que lá temos, porque é nosso, e assim já não precisaríamos de recorrer ao financiamento da banca para resolver os problemas que aconteceram nos nossos territórios.

Oliveira do Hospital, penso que terá no Fundo de Apoio Municipal, neste momento, quatrocentos mil euros.

Dizer ainda sobre o Fundo REVITA: A Presidente da CCDR-C disse que as coisas em Pedrogão Grande não têm corrido bem com o Fundo REVITA. Há problemas, ela tem-se queixado disso.

Também não vale a pena andarmos a enganar as pessoas porque este processo da reconstrução das casas de primeira habitação vai demorar algum tempo. Não vale a pena estramos a iludir as pessoas.

Como disse o Deputado João Brito, que fez aqui uma pergunta muito interessante. A lei é clara. Hoje com a lei que existe não se podia reconstruir nenhuma casa nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, mas o Governo está a fazer, neste momento, uma lei que vai alterar este artigo da lei.

Quanto ao Fundo REVITA há aqui informações do Dr. Luís Lagos que eu desconhecia e por isso o assunto tem que ser estudado. O estado já lá tinha colocado 2,5 milhões de euros e isso altera a perspectiva toda na capacidade reivindicativa das reuniões.

Também dizer que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital poderia recorrer a um endividamento de 14 milhões de euros e tem uma dívida de cerca de 4 milhões de euros.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 130/2017 de 9 de outubro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Ratificação da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para participar no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses acontece sempre no princípio de dezembro e por isso não tínhamos hipótese de trazer o assunto previamente à Assembleia Municipal.

Entretanto fiz um contacto com os representantes de todas as forças políticas propondo que o representante da Juntas de Freguesia fosse o Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira e também designámos como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Agostinho de Jesus Marques.

Todos os representantes concordaram com a proposta e nesses termos vem agora a proposta à Assembleia Municipal para ratificação.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Ratificação da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para participar no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido aprovado por unanimidade a eleição do Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços,

Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Agostinho de Jesus Marques, como suplente.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de quatro membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem isto é um requisito legal que está perfeitamente identificado porque foi-vos facultada toda a documentação.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto IX o Grupo do PS tem aqui uma lista com Membros da Assembleia Municipal para apresentar à Mesa.

Os Membros da Assembleia Municipal propostos são os seguintes: Carlos Manuel Vieira Mendes; António Raúl Dinis Costa, José Ferreira da Cruz Loureiro; Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa. Suplente: Carlos Augusto Inácio da Fonseca.

Queria colocar aqui a seguinte questão: Como vamos ter aqui uma sequência de nove eleições, nos Pontos seguintes da Ordem do Dia, proponha à Mesa que se encontrasse uma forma de agilizar estas eleições. Se a Assembleia deliberar que podemos fazer estas eleições de outra forma somente para agilizar estas nove eleições porque se perdermos vinte minutos em cada uma estaremos aqui muito tempo. Se os Deputados da Assembleia concordassem poderíamos fazer estas eleições de braço no ar em vez de recorrermos à votação secreta.

Eu fazia esta Proposta à Mesa da Assembleia.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Nós temos aqui juristas. Eu não sou jurista mas dá jeito ter um jurista no bolso, sempre. Mas eu penso que não é legal.

Vamos mesmo ter que fazer votação secreta.

A lista apresentada pelo Grupo do Partido Socialista será designada de Lista A.

Pergunto aos Srs. Deputados se há mais alguma lista para apresentar?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto IX o PSD teve a preocupação de propor ao Grupo Municipal de PS uma lista conjunta. Achava-mos que era mais sensato e fazia mais sentido até porque andamos aqui a pregar uma coisa e depois a praticar outra.

Deveríamos encetar esforços para que fossem feitas, em prol do Concelho, acções conjuntas mas depois quando temos oportunidade de as pôr em prática tal não acontece. Isto, sim, é um sintoma de bipolaridade.

Não tendo conseguido chegar a uma lista conjunta como tínhamos proposto ao Grupo Municipal do PS, sendo a lista constituída por dois elementos do PS, dois elementos do PSD e um elemento do CDS, vamos propor uma lista própria que apresentaremos à Mesa da assembleia de seguida.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A lista Apresentada pelo Grupo do Partido Social Democrata é constituída pelos seguintes elementos: João Filipe Rodrigues Brito; João José Pereira Esteves; Sofia Alexandra Alves Duarte Clara; Rafael Sousa Costa.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Esta segunda lista apresentada pelo Grupo do Partido Social Democrata será designada por Lista B.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que antes de mais nada nós somos regulados pelo nosso próprio Regimento. O nosso regimento não refere que sempre que há eleições de pessoas essa eleição tenha que ser feita por voto secreto. O nosso Regimento o que diz no nº2 do artigo 19º é o seguinte: “*As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidade de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto.*”

O nosso Regimento diz isto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Relativamente a este conjunto de eleições que iremos efetuar penso que haveria um procedimento mais célere.

Poderíamos fazer a discussão de todos os Pontos que iremos votar e depois cada Deputado viria aqui já com os cinco ou seis papéis e fazia todas as votações.

A contagem depois teria que ser feita Ponto a Ponto.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obrigada pela sua sugestão. Vamos ver se é possível. A Esmeralda tem boletins de voto preparados.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Há duas listas. Uma apresentada pelo Grupo de Deputados da Assembleia Municipal do PS e outra pelo Grupo de Deputados da Assembleia Municipal do PSD.

A Lista A, que foi a primeira a ser apresentada, é a do PS e tem a seguinte constituição: Carlos Manuel Vieira Mendes; António Raúl Dinis Costa, José Ferreira da Cruz Loureiro; Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa. Suplente: Carlos Augusto Inácio da Fonseca.

A Lista B é a lista apresentada pelo PSD e tem a seguinte constituição: João Filipe Rodrigues Brito; João José Pereira Esteves; Sofia Alexandra Alves Duarte Clara; Rafael Sousa Costa.

Nesta eleição só votam os eleitos diretos da Assembleia Municipal ou seja os Presidentes de Junta de Freguesia não votam.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto IX - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1, do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de quatro membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 15 votos na Lista A.
- 5 votos na Lista B.
- 1 voto Nulo.

Em conformidade com a votação anterior, e depois de aplicado o método de Hondt no resultado da votação, foram eleitos os seguintes Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra:

- Carlos Manuel Vieira Mendes.
- António Raúl Dinis Costa.
- José Ferreira da Cruz Loureiro.
- João Filipe Rodrigues Brito.
- Suplente - Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa.

De seguida entrou-se no Ponto X - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 3º-D do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado pela lei nº 76/2017 de 17 de agosto, de representação das freguesias do concelho para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos agora eleger os cinco representantes das Freguesias do Concelho para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e depois relativamente à questão das unidades de baldio os representantes terão que ser indicados porque não será aqui que são eleitos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos baldios quero dizer o seguinte: Eu não sei se quem é eleito para esta Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios se tem que estar nesta Assembleia ou se é eleito da Comissão de Compartes dos Baldios.

Na Freguesia de Alvôco das Várzeas temos uma Comissão de Compartes que está legalizada mas não está aqui ninguém que possa representar essa Comissão de Compartes. Como é que poderemos fazer isso?”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Nos termos da Lei existem as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a nós compete-nos designar até cinco representantes das Freguesias do Concelho.

Depois há um outro ponto que refere que as estruturas directivas dos baldios é que têm que fazer as suas designações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, trago aqui uma proposta que gostaria que fosse colocada à consideração da Assembleia Municipal com uma lista de cinco representantes das Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital para fazerem parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que tem a seguinte constituição:

- Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Carlos Manuel Mendes Castanheira.

- Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes.

- Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia.

- Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista.

- Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Há mais alguma proposta?”

Temos apenas uma proposta que será designada de Lista A”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto X - Eleição, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pela lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, de representação das freguesias do concelho para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 32 votos na Lista A.
- 5 votos em branco.

Em conformidade com a votação anterior, os representantes das Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital que foram eleitos para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, são os seguintes:

- Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Carlos Manuel Mendes Castanheira.
- Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Luís Filipe Nina Mendes.
- Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Luciano Marques Correia.
- Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Nuno Marco Ferreira Batista.
- Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Carlos Artur Simões Esteves Maia.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Eleição, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi apresentada à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal, que será designada de Lista A com a seguinte composição: João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho.

Há mais proposta para este Ponto XI?

Como não há passaríamos à votação.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto XI - Eleição, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/2004, de 30 de março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 31 votos na Lista A.
- 6 votos em branco.

Em conformidade com a votação anterior foi eleito como representante da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais, o seguinte Membro da Assembleia Municipal: João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi apresentada à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta do Grupo dos Deputados Municipais eleitos pelo PS que será designada de Lista A.

Há mais alguma proposta?

Não havendo mais propostas peço ao Sr. Secretário da Mesa que apresente a proposta e de seguida passaríamos à votação.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Lista apresentada pelos eleitos do PS na Assembleia Municipal: Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, António Manuel Nunes Soares.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto XII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 31 votos na Lista A.
- 6 votos em branco.

Em conformidade com a votação anterior foi eleito como representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação o seguinte Presidente de Junta de Freguesia: Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, António Manuel Nunes Soares.

De seguida entrou-se no Ponto XIII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Para o Ponto XIII os partidos com assento na Assembleia Municipal apresentaram os seguintes elementos:

- O CDS apresentou o Nuno Rafael Oliveira Dias.
- O PSD apresentou o Rafael Sousa Costa.
- O PS apresentou o Agostinho de Jesus Marques.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação do Ponto XIII - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões

municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo, tendo sido eleitos por unanimidade os seguintes elementos:

- Pelo CDS - Nuno Rafael Oliveira Dias.
- Pelo PSD - Rafael Sousa Costa.
- Pelo PS - Agostinho de Jesus Marques

De seguida entrou-se no Ponto XIV - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Neste Ponto achámos que devíamos estar todos representados.

O PS apresenta os seguintes cidadãos: Rui Paulo Martins Monteiro e Olga Maria Filipe Bandeira.

O PSD apresenta o seguinte cidadão: Susana Paula China da Silva Faria Rocha.

O CDS apresenta o seguinte cidadão: Maria José Falcão de Brito.”

Não havendo mais intervenções no Ponto XIV - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprovou por unanimidade a designação dos seguintes cidadãos eleitores:

- Rui Paulo Martins Monteiro.
- Olga Maria Filipe Bandeira.
- Susana Paula China da Silva Faria Rocha.
- Maria José Falcão de Brito.

De seguida entrou-se no Ponto XV - Eleição, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa de Proteção Civil.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi apresentada à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta do Grupo dos Deputados Municipais eleitos pelo PS que será designada de Lista A com a seguinte composição: Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Jorge Campos Coelho.

Há mais alguma proposta?

Não havendo mais propostas passaríamos à votação e por isso solicito à Esmeralda que proceda à distribuição dos boletins de voto.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto XV - Eleição, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa de Proteção Civil.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 31 votos na Lista A.
- 6 votos em branco.

Em conformidade com a votação anterior foi eleito para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa de Proteção Civil o seguinte Presidente de Junta de Freguesia: Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho.

De seguida entrou-se no Ponto XVI - Designação, nos termos da alínea b) do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Peço aos representantes dos partidos que façam chegar à Mesa da Assembleia as suas propostas.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Para o Ponto XVI os partidos representados na Assembleia Municipal designaram os seguintes membros da Assembleia Municipal:

- Pelo PS - Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.
- Pelo PSD - Sofia Alexandra Alves Duarte Clara.
- Pelo CDS - Nuno Rafael Oliveira Dias.”

Não havendo mais intervenções no Ponto XVI - Designação, nos termos da alínea b) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprovou por unanimidade a designação dos seguintes membros da Assembleia Municipal:

- Pelo PS - Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.
- Pelo PSD - Sofia Alexandra Alves Duarte Clara.
- Pelo CDS - Nuno Rafael Oliveira Dias.

De seguida entrou-se no Ponto XVII - Designação, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2013 de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Peço aos representantes dos partidos que façam chegar à Mesa da Assembleia as suas propostas.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Grupo dos Deputados eleitos pelo PS apresentou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta com a seguinte composição: Ana Marta Mendes Garcia.”

Não havendo mais intervenções no Ponto XVII - Designação, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2013 de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital

aprovou por unanimidade a designação do seguinte membro da Assembleia Municipal: Ana Marta Mendes Garcia.

De seguida entrou-se no Ponto XVIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2018/2021 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2018 e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2018 que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A propósito do Orçamento e das Grandes Opções do Plano é preciso esclarecer o seguinte: O Orçamento é sempre um documento de grande flexibilidade que respeita as nossas expectativas e que tem verbas que ainda não estão consignadas porque não sabemos se as vamos conseguir através do Quadro Comunitário 2020, como vocês sabem.

Em 2018 haverá uma reprogramação financeira do Quadro Comunitário que será muito importante para nós e por isso vamos tentar negociar e alocar algumas verbas que outros Municípios não foram capazes de gastar, tal como fizemos em 2012 no Quadro Comunitário anterior.

Este é um Orçamento com determinada ambição mas temos de reconhecer que poderá não se concretizar. Por exemplo, temos aqui uma verba de 2,9 milhões de euros para estabilização dos solos que o inflaciona.

Este Orçamento continua a ter uma série de verbas na área da educação nomeadamente cinquenta mil euros para Bolsas de Estudo, livros gratuitos até ao 4.º Ano de escolaridade, Bolsas de Mérito, etc.

Este Orçamento tem um conjunto de obras do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que fomos capazes de negociar bem.

Dava aqui um conselho a alguns Deputados que, às vezes, colocam em causa o nosso bom trabalho nesta área: Vão ver o Orçamento dos Municípios que têm o triplo da nossa verba e analisem quais foram as verbas que eles colocaram no PEDU.

Há pouco o Deputado João Esteves falou aqui nas obras da zona histórica de Oliveira do Hospital e eu digo-lhe o seguinte: Não conseguimos executar as obras na zona histórica de Oliveira do Hospital mas temos o dinheiro para executar essas obras e isso nunca foi conseguido por outros Executivos e digo também que a zona histórica não está degradada só agora.

A ampliação da Zona Industrial também tem um financiamento do Quadro Comunitário.

Neste Orçamento estão também as obras da Casa da Cultura, Parque dos Marmelos, Zona do Mercado Municipal. Temos aqui muitas obras para fazer.

Todas as obras que custam mais de trezentos e cinquenta mil euros necessitam de visto do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas tem um determinado número de regras que nos obriga a um grande crivo. Uma das exigências do Tribunal de Contas é a inscrição das obras no Orçamento.

Na minha opinião, este é um Orçamento com ambição.

As GOP's e o Orçamento são documentos flexíveis que se vão reajustando e adaptando à realidade.

Às vezes seria importante que estes documentos tivessem uma forma rígida mas, por experiência, isso implica alterações orçamentais e essas alterações muitas vezes dificultam a transição de verbas de um lado para o outro. Quem domina estes assuntos de contabilidade percebe isto melhor.

Também temos um conjunto de verbas muito importantes para as Juntas de Freguesia. Não são só as verbas diretas temos também outras verbas que são apoios como, por exemplo, as verbas para a ampliação dos Cemitérios ou ajudas pontuais em algumas aquisições.

Há aqui obras que serão financiadas com verbas do Pacto de Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal, como por exemplo as obras na Escola Secundária.

Mas temos mais, e temos que estar atentos. Tenho que dizer isto, porque isto não tem a ver com política tem a ver com contas que também são do passado: Quando houve verbas muitos Municípios vizinhos construíram Centros Escolares de primeira geração com todas as condições e Oliveira do Hospital optou por recuperar a Escola do Primeiro Ciclo. Na minha opinião, uma opção completamente errada! E, por isso, não temos um Centro Escolar moderno.

Esta Câmara Municipal, e é uma decisão política, é uma decisão de opção política, vai ter que fazer um Centro Escolar moderno nem que seja com as verbas do nosso orçamento. É uma decisão altamente política.

No Pacto de Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal não houve verbas para Centros Escolares novos.

O ano de 2018 vai ser importante para o nosso Concelho, e tem que haver uma ideia mais generalizada das obras que queremos lançar, porque vão começar as negociações das verbas a incluir no novo Pacto de Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal de 2020 a 2030.

Também há um conjunto de obras muito relevantes comparticipadas pelo POSEUR, nomeadamente obras de saneamento. Temos dado passos decisivos e importantes na área do saneamento no nosso Concelho. Neste momento temos um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros, financiado pelo POSEUR, em obras de saneamento. São obras que não se veem, como vocês sabem.

Temos também obras relacionadas com a rede de abastecimento de água. Há obras que não estão aqui e, por isso, queria dar uma palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira porque é um dos compromissos eleitorais que nós honraremos, é a obra de abastecimento de água na Adarnela.

Deixei-me também dizer que não faltará dinheiro para o Projeto Casa Digna que continuaremos a apoiar o Programa de Incentivo à Natalidade e faremos tudo para ter uma gestão criteriosa.

É preciso perceber que os incêndios têm uma influência tremenda neste Orçamento e, como já falei, eu não sei se o Estado nos vai ajudar nas obras de sinalética e na estabilização dos solos.

Este orçamento ainda não reflete o problema da reflorestação do Concelho porque é um assunto que merece legislação específica e terá que ser o Governo a definir quais os procedimentos a adotar.

Este Orçamento é um Orçamento ambicioso e que tem grandes expectativas. Nunca nenhum Orçamento chegou a estes números.

Pedem-nos para avançar com as obras de requalificação da zona histórica de Oliveira do Hospital porque as verbas já estão consignadas. O Governo pede-nos para avançarmos rapidamente com as verbas já consignadas deste Quadro Comunitário.

Este projeto de requalificação da zona histórica deve ser um projeto discutido como todos os parceiros nesta Assembleia Municipal porque é um projeto que qualificará a cidade de Oliveira do Hospital para muito melhor e, por isso não deve ser um projeto deste Executivo e dum conjunto de arquitetos.

Acho que este projeto deve ser colocado a discussão pública para que esta zona histórica ganhe uma nova centralidade e para que ganhe vida.

Este projeto não é só obras de saneamento, não e só obras na calçada. Este projeto é muito mais do que isso.

Temos também uma verba de cerca de seiscentos mil euros para as obras no Parque dos Marmelos e temos ainda uma verba para a requalificação da zona envolvente do Mercado Municipal.

Nas Freguesias continuaremos a fazer o que temos todos feito e a trabalhar em grande parceria.

Nesta Câmara Municipal os Presidente de Junta de Freguesia não têm cor partidária e são todos tratados de forma igual. Sempre foi assim desde o meu primeiro mandato em que governei em minoria, a maioria dos Presidentes de Junta tinham sido eleitos pelo PSD, e todos os Presidente de Junta sempre me viabilizaram as propostas e criámos uma boa relação.

Aqui, não haverá Presidentes do PS ou Presidentes do PSD. Aqui, são Presidentes eleitos com os mesmos votos que eu fui e eu respeitarei as decisões do povo.

Tenho ainda outra situação que me orgulha: Onde eles foram eleitos eu também ganhei as eleições. O povo escolheu-os a eles porque achava que eram os melhores e escolheu-me a mim porque achava que eu também era o melhor.

Como já disse este Orçamento é ambicioso, a sua concretização não é fácil, e é o maior Orçamento de sempre. O nosso compromisso é tentarmos fazer o melhor possível.

No que diz respeito ao quadro de pessoal temos aqui algumas alterações. Vamos contratar pessoas. Os POC e os CEI estão a desaparecer porque há mercado de trabalho e isso é bom.

Vamos contratar pessoas para tornar a Câmara mais eficiente e vamos abrir concursos para o quadro de pessoal para acabar com alguma precariedade de algumas pessoas que nos prestam serviço.

Meus caros amigos, estou disponível para responder às questões que queiram colocar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que nos últimos dois anos quando chegamos a estas reuniões de fim de ano em que temos de analisar as intenções do Executivo Camarário para o próximo ano é com agrado, sempre, ver e assistir ao aumento sucessivo das

propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento da nossa Câmara Municipal.

Claro que isto é um conjunto de números e todos os têm à frente e, por isso, não vale a pena estar aqui a referi-los.

Este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano refletem uma intenção, que não é de agora, e a continuação de visão estratégica para o desenvolvimento de Oliveira do Hospital.

Como o Sr. Presidente já disse o Orçamento é um conjunto de intenções e de expectativas para o desenvolvimento do Concelho.

Bom, meus amigos, se algumas dúvidas houvesse sobre a visão estratégica de desenvolvimento do Concelho penso que essas dúvidas foram dissipadas no ato de julgar o trabalho deste Executivo Camarário. Obviamente que me estou a referir ao ato eleitoral.

Os Oliveirenses entenderam qual era a visão do Partido Socialista e qual era a visão deste Executivo. Os Oliveirenses sabem que o Concelho está entregue em boas mãos.

Com este documento, com estas verbas, com a definição deste caminho que se trilha através destas Grandes Opções do Plano, os Oliveirenses sabem que o Concelho está entregue em boas mãos.

Obviamente que sabemos, e temos a consciência, que o trabalho vai ser muito mas vamos continuar a contar com o grande desempenho deste Executivo Camarário.

Quem não entender isto que está aqui escrito, ou não sabe ler, ou não sabe interpretar uma visão estratégica, ou está de má-fé.

Eu não tenho dúvidas nenhuma e vou votar favoravelmente este Ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Este documento é muito importante. É com este documento que podemos dar as respostas que as nossas populações necessitam.

Gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que era importantíssimo que nos ajudasse a resolver o problema das ligações técnicas. Temos uma ETAR a funcionar a meio gás. Está ali um investimento de quase um milhão e meio de euros e as ligações técnicas nunca mais se concretizam, continuamos a poluir o rio Cobral.

Queremos melhorar a entrada de Meruge e por isso as fossas sépticas têm que desaparecer dali.

Em Meruge e em Nogueirinha há umas zonas que não têm rede de saneamento, nomeadamente no Bairro da Tapada e no Bairro da Cabine em Nogueirinha e em Meruge, na Av. da Regueira. Temos que resolver esse problema.

Há aqui uma obra que já é solicitada há vários anos: É o polidesportivo em Nogueirinha. Andamos de ano, para ano, a prometer esta obra e eu espero que seja este ano que ela seja concretizada.

Compreendo que neste momento há outras prioridades e temos que resolver primeiro os problemas dos incêndios mas esta obra tem de avançar este ano.

Eu vou votar favoravelmente este documento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar neste Ponto queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: Há pouco o Senhor disse que era o mentor que mandava em mim. Ou seja, eu, aqui, era uma simples marioneta.

Tenho que dizer ao Sr. Presidente da Câmara que eu nunca me regi por esses princípios e todos os assuntos que eu aqui trago e tudo aquilo que eu aqui faço é de minha autoria.

Dizer também que o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores ficaram crispados com a minha intervenção no Ponto I mas a única coisa que eu fiz aqui foi ler os números que estão nos documentos que me foram enviados. Eu não inventei nada.

Se têm que ficar crispados não é comigo mas sim com o próprio Executivo que não executou o que devia ter executado.

Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2018, quero dizer o seguinte: Feita a análise tanto às receitas como à despesa para o ano de 2018, verifica-se que este Orçamento proposto de 33.707.288,00€ encontra-se altamente empolando em mais de 30%.

No Orçamento da receita, há pelo menos 9.600.300,00€, do qual não há designação e aparece na forma de “outros”, ou seja a sua designação contribui para o aumento do orçamento em cerca de 28,5%.

Este Orçamento não é um Orçamento solidário, já que no que respeita ao objetivo 03 - Família, Solidariedade e Ação Social, contempla o total de 985.400,00€, comparando por exemplo com o objetivo 02 - Cultura, Desporto,

Juventude e Tempos Livres - 2.448.850,00€ é substancialmente reduzido e a meu ver, insuficiente.

No objetivo 05 - Habitação e urbanismo as obras de maior dimensão, que constam neste objetivo, já vêm do ano de 2017, com execução zero. Claro que este programa é o que comporta maior despesa. Vamos ver qual será o grau de execução para 2018?

Neste objetivo há uma grande discrepância entre o a realizar na cidade e nas restantes freguesias. A maior concentração de investimento é quase todo feito na cidade.

Quase todas as obras inclusas já vêm orçamentadas de anos anteriores.

Pelo que aqui foi referido, genericamente este Orçamento e Plano para o ano de 2018, não nos merece inteira confiança, pelo que iremos votar contra.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Olhando para este Orçamento e olhando para os documentos que nos foram enviados, que tentei estudar com pormenor e aconselho para que alguns deputados também o façam para que não aconteçam aqui afirmações desnecessárias como, por exemplo, se a Câmara apoia a aquisição de manuais escolares ou sobre a isenção de taxas.

Parece-me, sobretudo, que este Orçamento tem uma forte ênfase na Educação e Formação Profissional, Ensino Superior Aqui na rubrica da Educação estão os manuais escolares que salvo o erro tem uma verba de vinte e cinco mil euros.

Temos também nas rubricas Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres que fazem parte também de apoio às famílias porque ao apoiarmos o desporto jovem estamos a apoiar os nossos jovens e consequentemente as famílias.

Também na rubrica Família, Solidariedade e Ação Social, e aqui quero destacar o caso concreto da minha Freguesia, o apoio à Casa da Criança.

O apoio aos ATL's, Centros de Dia e Lares de 3ª Idade, isto é também apoio às famílias e é também Ação Social. Aqui destaco também a verba inscrita para reconstrução e apetrechamento do Lar Sarah Beirão com uma verba de setecentos mil euros, que poderia ter sido feito em tempos, mas que não foi feito porque outros não souberam aproveitar os dinheiros Comunitários que estiveram à disposição.

Este documento contempla ainda: O apoio à Família com o incentivo à natalidade; Estabilização dos solos; Saúde; Habitação e Urbanismo, nomeadamente o Programa Casa Digna; Intervenções de Requalificação Urbanística; Infraestrutura de Tratamento de Efluentes e Redes de Saneamento e uma quantidade de ETAR's que estão a ser construídas; Segurança; Proteção Civil; Prevenção e Combate nos Fogos Florestais; Abastecimento público de Águas, e aqui o Sr. Presidente já me respondeu sobre o abastecimento de água à Adarnela; Sinalização Rodoviária e não menos importante a descentralização de competências para as Freguesias.

De facto poderá não ser o Orçamento de cada um de nós, mas, penso que, no contexto atual, é um orçamento ambicioso.

Este é um Orçamento virado para o futuro. É um Orçamento também de esperança. É um Orçamento de compromissos com as pessoas do Concelho de Oliveira do Hospital.

Este é também, no meu entendimento, um Orçamento participativo na medida em que apoia níveis de gestão intermédia com a descentralização de competências para as Freguesias. Isto é fundamental.

Este é um Orçamento para o desenvolvimento do Concelho.

É um Orçamento que está em consonância com as prioridades e opções do plano definidas na minha Freguesia.

Revejo-me neste Orçamento e por isso vou votar favoravelmente.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“É muito difícil fazer um exercício de análise orçamental em cinco minutos, ainda para mais num Orçamento que cresce tanto e, ainda para mais, sendo o último Ponto da Ordem de Trabalhos.

Já não está a maioria da Comunicação Social, é pena, mas já não está. Assim, é muito difícil levar a nossa mensagem aos nossos eleitores.

Este é o Ponto mais importante para o futuro de médio e longo prazo do Concelho.

Como dizia o Sr. Esteves, e eu concordo com isso, é um Orçamento que cresce em receita, e muitas vezes não se percebe de onde é que vem a receita.

Eu deixo a pergunta: De onde é que vem a receita? É uma pergunta objetiva e sem ser em tom crítico. Vamos endividar-nos? É uma opção política legítima mas é preciso assumi-la e dizer isso aos Oliveirenses.

Mas, se vamos endividar-nos, os outros partidos, e quem tem funções de representação, tem que ter uma opinião sobre isso.

É um Orçamento para o qual deixo uma palavra de elogio, na questão do saneamento, porque acho que é bem conseguido e é um investimento relevante e prioritário em alguns casos.

Deixar também uma palavra de elogio na questão do desenvolvimento empresarial: Pela primeira vez temos um Orçamento que tem uma aposta numa zona de localização porque sem isso não há desenvolvimento económico.

Hoje, para mim, uma das intervenções mais importantes, e muitas vezes não tem a ver com a eloquência mas tem mesmo a ver com aquilo que se diz, foi do Sr. Presidente da Junta de Meruge.

O Sr. Presidente da Junta de Meruge veio aqui dizer aquilo que mais me preocupa como Oliveirense: Temos que estar preparados para o futuro porque, provavelmente, uma tragédia como aquela que nos aconteceu poderá ter repetição. Poderá ter repetição devido às alterações climáticas. Poderá ter repetição devido a problemas na reflorestação, ou por outros motivos.

Mas, há uma coisa que eu não admito: Não admito que os meus filhos, os filhos das outras pessoas, nós próprios, tenhamos que passar, novamente, por aquilo que passámos, sem condições nenhuma de nos defendermos.

Aquilo que o Sr. Presidente de Junta de Meruge dizia, e bem, é que temos de criar nas nossas aldeias projetos de auto resiliência para nos conseguirmos defender a nós próprios. Isso implica bocas-de-incêndio, mangueiras, capacidade local e formação aldeia a aldeia, para que, se o fogo vier com aquela dimensão, velocidade e vastidão, possamos proteger a sociedade civil, as empresas, as casas e, sobretudo, a vida das pessoas. E, vejo neste Orçamento, é uma crítica construtiva e não tome isto como uma crítica política, que para isso existe uma verba de mil euros.

O apoio às Freguesias para Intervenção, Beneficiação e Conservação de Caminhos, Estradões e Aquisição de Equipamento de Defesa da Floresta tem uma verba de mil euros. Poder-se-á encontrar outras rubricas onde se poderá enquadrar esse investimento.

Acho que depois daquilo que passámos e tivemos de enfrentar, porque foi a maior tragédia de destruição material da história desta região, que deveríamos ter uma vontade política de criar condições de defesa das populações para o futuro.

A Associação onde eu estou irá fazer um trabalho sobre isso. Irá dinamizar reuniões porque queremos que nunca mais se volte a repetir uma

tragédia como aquela que aconteceu e porque nós não temos condições para nos defendermos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Algumas notas sobre o Orçamento para 2018: Como todos sabemos o Orçamento é um instrumento orientador da actividade do Município para o próximo ano. Tem verbas que estão inscritas que vão ser realizadas, tem outras que provavelmente estão inscritas e por diversas vicissitudes não vão ser, e tem outras que vão sofrer alterações ao longo do ano. É sempre assim, e sempre assim há de acontecer.

Este Orçamento tem uma parte que temos que realçar: É um Orçamento de transformação, de melhoria, numa aposta no futuro e na qualidade de vida. Oliveira do Hospital vai ficar melhor porque há mais verbas.

Há pouco foi referido que o incêndio pode acontecer outra vez, e isso é verdade porque as condições climáticas estão aí.

Eu vejo aqui um incremento extremamente forte na Proteção Civil e, por isso, tenho a certeza que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia vão dar respostas a isto.

Sem desprimor nenhum digo-vos que uma Câmara que era exemplo em todo o lado, em termos de Protecção Civil, e estavam precavidos, era a Câmara de Mação, e tiveram a mesma infelicidade porque o Concelho de Mação também foi quase todo ardido como o de Oliveira do Hospital.

Há lições que têm de se aprender com o que se passou para serem aplicadas no futuro

O Orçamento cresce, realmente, muito. Está com mais de trinta e três milhões de euros. Tem cerca de cinco milhões de euros a mais do que no ano anterior. Neste Orçamento a despesa também diminui e é importante que se diga isso.

Há verbas muito importantes que, com certeza, vão ser captadas. Estas verbas estão relacionadas com os programas que estão em execução, nomeadamente verbas do PEDU, verbas do Programa de Coesão Territorial da CIM, e verbas do POSEUR.

Tenho a certeza que os objectivos vão ser realizados. A população acredita em nós.

Acredito que vamos ser capazes de reerguer o Concelho e que vamos ser capazes de fazer renascer o Concelho de Oliveira do Hospital. Eu não tenho dúvida absolutamente nenhuma!

Há também uma grande aposta para rejuvenescer os recursos humanos da Câmara Municipal e diminuir a precariedade no emprego. Isso é de louvar.

Estamos num País que felizmente atravessa um bom momento: Há menos desemprego, estamos a ser bem governados, e refiro-me a este Executivo Municipal, mais concretamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Não tenho dúvidas que vamos continuar na senda da sustentabilidade económica e digo também que nunca houve uma Câmara Municipal tão sustentável como esta.

Não consigo compreender, eu já ando aqui há muitos anos, tal como outros Membros da Assembleia, e nunca votámos contra um Orçamento do Executivo anterior. Só posso entender um voto contra este Orçamento como uma questão política, como um desconhecimento do que se está aqui a passar, como não querer lutar por Oliveira do Hospital e como não querer fazer renascer Oliveira do Hospital.

Quem vota contra este Orçamento está também a votar contra os Oliveirenses, contra o Município e contra o Concelho de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto quero dizer o seguinte: Foram colocadas duas ou três questões, que foram ignoradas pelo Sr. Presidente, no Período de Antes da Ordem do Dia, e tem interesse voltar a referi-las neste Ponto porque estão relacionadas com a rubrica do Apoio Social e da Educação. Pretendíamos saber se nessas rubricas tem cabimento orçamental, por exemplo, o encargo com os medicamentos para pessoas carenciadas?

Relativamente ao alargamento da distribuição dos manuais escolares gratuitos para o 2º Ciclo, se a rubrica do Apoio Social também contempla esta proposta que fizemos no passado?

E ainda uma terceira questão que foi colocada que tem a ver com o apoio à vacinação infantil que não é comparticipada.

Foram colocadas três questões e, certamente, por lapso o Sr. Presidente não respondeu, mas gostaríamos de saber se têm cabimento neste Orçamento?

Relativamente ao Orçamento Participativo pergunto se o deixou cair ou se ainda vai levar a cabo este Orçamento Participativo?

Em jeito de resposta ao Deputado João Ramalhete, quando diz que o PSD não apresenta propostas, estas três questões que acabei de colocar são três propostas do PSD. Não chega dizer que o PSD não tem propostas porque isso não é a realidade

Dizer-lhe ainda, também em jeito de resposta ao Deputado João Ramalhete, que pode contar com uma boa oposição do PSD. Uma oposição construtiva, proactiva e que terá aqui um papel relevante.

Agora, não conte com o PSD para aquilo que gostará de ouvir. Não dizemos Ámen a tudo!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco tempo atrás eu também tinha a responsabilidade de elaborar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e sei, por isso, o rigor com que é feito.

Conheço os princípios norteadores de todos os Orçamentos apresentados por este Executivo e sei que assentam essencialmente em dois princípios basilares: Um dos princípios é o rigor Orçamental e a sustentabilidade financeira do Município do qual este Executivo nunca abdicou.

E o segundo princípio é o apoio às pessoas, o apoio às famílias e o apoio às empresas.

É por isso que vou votar favoravelmente este Orçamento, e é por isso que vejo este Orçamento como um Orçamento que não baixa os braços, um Orçamento de esperança, um Orçamento que reforça o compromisso com a execução de Fundos Comunitários que este Executivo conquistou para Oliveira do Hospital.

Agora, não posso deixar de vos dizer, pese embora o enorme respeito que o Sr. Deputado João Esteves me merece, e enorme consideração pessoal, não consigo perceber onde é que vê que este Orçamento reduz o apoio às famílias.

Ou eu vi mal! Ou foi o Sr. deputado que viu mal porque aumentámos o objectivo Família e Solidariedade em duzentos mil euros.

Também lhe digo que não temos medo de exercícios de comparação nem de exercícios de memória porque o anterior Executivo do PSD, liderado por uma referência que vos é tão grata, e que foi, de facto, o bastião e a vossa referência na última campanha eleitoral, nós estamos disponíveis para compararmos ponto a ponto.

E estamos disponíveis porque vai constatar, certamente, que há mais receitas de Fundos Comunitários. Temos Programas como a Casa Digna, que resulta de um apoio à família, apoio à natalidade, bolsas de estudo, passamos de oito mil euros para cinquenta mil euros.

Portanto, Sr. Deputado quanto a apoio a pessoas e famílias, estamos cá para a discussão!

Mas temos mais obra: Temos mais obra porque temos doze novas ETAR's, novo Centro Escolar, Segunda ampliação da Zona Industrial.

Em suma: Mais receita de Fundos Comunitários, mais investimento, mais descentralização e meios para as Freguesias.

E, espantem-se, tudo isto com a redução da dívida que os Senhores nos deixaram!

A quadratura do círculo tem sido esta: Fazer obra, apoiar a família, apoiar as pessoas, aumentar a qualidade de vida para os Oliveirenses e reduzir a dívida. Essa é a quadratura do círculo. E esse tem sido o resultado deste Executivo.

Quanto ao Sr. Deputado Rafael, eu folgo em saber que vocês neste mandato estão aqui para apresentar propostas porque eu estive ali sentado durante quatro anos e ouvi poucas!

Digo-lhe mais! Estava até preocupado porque o Sr. Deputado Luís Lagos, que liderou a oposição durante quatro anos, este ano está mais sossegado e mais calado. Portanto, eu estava preocupado que não houvesse oposição. Uma oposição construtiva como nos habituou.

Folgo em saber! E cá estaremos para a discussão.

Quando quiserem comparar Orçamentos dos anos anteriores com estes Orçamentos, estaremos cá!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Relativamente às grandes obras queria questionar o Sr. Presidente para saber em que estado está a candidatura da requalificação da rua Dr. Virgílio Ferreira, da Rua Alexandre Herculano e da Travessa Dr. Virgílio Ferreira?

Depois congratular-me com as obras de saneamento na Estrada Nacional 17 e com as obras na Catraia de São Paio.

Relativamente à Protecção Civil dizer o seguinte: Concordo com as palavras do Sr. Presidente de Junta de Meruge no que diz respeito à manutenção das Bocas-de-incêndio.

Tivemos um grande sinistro e o que me preocupou na zona histórica não foi só a falta de Bocas-de-incêndio como também as ligações e complementos dessas Bocas-de-incêndio.

Dizer também que era importante alterarmos a nossa política de educação civil nomeadamente no que diz respeito à manutenção de espaços públicos e privados que põem em risco pessoas e bens.

Tenho vindo a alertar para a falta de manutenção de certos espaços públicos e privados e pouco ou nada vi fazer e de certa forma terei que responsabilizar este Executivo porque não chega ficarmos pelas palavras temos de passar aos atos. A fiscalização serve para isso porque quando não são cumpridas as leis temos que agir.

Tivemos sorte por não terem morrido mais pessoas porque o que assistimos naquela célebre noite de 15 de outubro, penso que, perante tão dantesco sinistro acabámos por ter sorte.

Cabe a esta Autarquia aumentar a fiscalização porque como já disse não chega ficarmos pelas palavras temos de passar aos atos.

Congratulo-me com a questão da Educação porque as crianças deste Concelho merecem outro tipo de condições.

Logicamente que voto favoravelmente este Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Já hoje foi aqui referido que há Deputados que sofrem de bipolaridade política: No início da Sessão pediram a redução da receita do Município com menos IRS e depois, pede-se mais investimento.

Querem menos receita e querem mais investimento.

Já se percebeu que o investimento não se faz com as receitas diretas da Câmara Municipal porque temos vindo a fazer uma série de isenções tarifárias.

Quero também dizer ao Deputado João Esteves que quando eu falei no Mentor não foi com intenção de ofender. Eu referi-me ao Mentor porque foi ele o pai da candidatura do PSD, como todos percebemos, e foi ele que inventou alguns candidatos, todos nós sabemos porque foi público. Não quero, de modo nenhum, ofender nenhuma pessoa. Não é essa a nossa intenção.

Conheço bem o João Esteves, é meu amigo há muitos anos e a política nunca nos afastou nem nos afastará, com certeza.

O investimento vem pela via dos Fundos Comunitários como eu também já referi.

Disseram também aqui que a receita não está justificada mas eu peço-vos para olharem para os documentos que têm na vossa posse. Não viram as verbas do PEDU, não virão as verbas do Pacto da CIM, não viram todas as ETAR'S que estão a ser construídas!

É falso quando dizem que este Orçamento não é solidário.

Sempre assumi, desde dois mil e dez, fazer um Orçamento e GOP's solidárias. Nos tempos de desemprego e austeridade deveriam lembrar-se qual foi o papel desta Câmara Municipal. Mas as pessoas já não se recordam porque já foi há uns anos.

Este é o Orçamento da solidariedade porque teve um aumento nas rubricas sociais. Há também várias rubricas das intempéries e calamidades onde também há apoios às famílias.

As intervenções que muitos Deputados fazem revelam que não estudaram o documento. Muitas vezes fala-se e percebe-se que as pessoas não estão dentro dos assuntos. Eu percebo que vocês não sejam políticos profissionais.

Na minha opinião é preciso fazer face à maior calamidade que tivemos e discordo com a intervenção que o Dr. Luís Lagos fez e vou explicar porquê?

Tem piada, porque quase sempre concordamos.

Neste momento é preciso perguntar o seguinte:

Alguém viu um incêndio igual a este?

Alguém foi capaz de imaginar uma situação destas?

Havia alguma Protecção Civil capaz de dar resposta a este incêndio com estas proporções?

Isto foi um caso único!

Quero dizer-vos o seguinte: Poderemos estar com pressas para dotar as Freguesias com novas Bocas-de-incêndio ou outros equipamentos mas temos que diluir isso num espaço de tempo porque brevemente não vai haver incêndios.

Neste momento temos que reflectir e temos que fazer opções políticas diferentes para que isto não se repita.

Agora estamos descansados porque não se repetirá um incêndio desta dimensão nem nada parecido.

Oliveira do Hospital, em termos de primeira intervenção, era o segundo maior Concelho da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, e somos 19 Concelhos, a ter o maior número de ignições e menor área ardida. Ou seja, éramos um exemplo devido às ZIF e ao trabalho que tínhamos vindo a fazer, dos apoios que tínhamos dado aos Bombeiros, reforçávamos a equipa de

Bombeiros no Verão, era a Câmara Municipal que pagava. Nunca ouviram nenhuma direcção de Bombeiros a queixar-se desta Câmara Municipal. Nós criámos todas as condições que eram possíveis.

Ninguém estava preparado para um incêndio destes! Podíamos ter cá cinco mil Bombeiros, ou cinquenta mil Bombeiros, que também não travariámos este incêndio. É verdade que ardiam menos casas mas era impossível combater este incêndio.

Precisamos todos de reflectir sobre isto mas precisamos de reflectir a nível nacional. Não podemos agir isoladamente. Temos que ter esse discernimento e essa coragem.

Poderíamos ter as Bocas-de-incêndio todas a funcionar e se as pessoas morressem por falta de preparação de quem é que era a culpa?

Estamos preparados para enfrentar um incêndio destes?

Muitas pessoas abandonaram as casas porque não estavam preparadas para enfrentar o incêndio e também para salvarem a sua vida. Outros morreram porque saíram das suas casas.

Eu também quero que isto nunca mais volte a acontecer em nenhuma parte do País. E não quero que os meus netos passem por uma situação destas.

Eu estive na frente do incêndio com o Comandante dos Bombeiros de Oliveira e com o Comandante dos Bombeiros de Lagares, e estive também sozinho em algumas povoações, tal como todos os Vereadores e todas as pessoas.

Quando eu chamo de heróis às pessoas não é por demagogia mas as pessoas defrontaram-se com o fogo. E algumas foram capazes e outras sabem o que é que aconteceu.

Por isso, meus caros amigos, vamos ser sérios e honestos nesta discussão. Eu não estou a dizer que o Dr. Luís Lagos não é, até porque eu percebo as preocupações dele.

Nós temos que repensar a própria organização da Protecção Civil.

Os Bombeiros foram criticados por muita gente mas os Bombeiros não tiveram culpa porque eles não tinham capacidade para combater um fogo destes. As críticas que lhes fizeram foram uma injustiça.

Eu estive na frente do fogo, a partir do meio-dia e meia hora, no fogo que começa em Folhadosa e acompanhei o fogo até às seis da manhã mas não foi só eu. Fui eu, foram os Vereadores e foram as equipas da Câmara.

Precisamos de perceber que isto agora não terá um ciclo, mas precisamos de reflectir e de encontrar soluções.

Quando eu digo que não leram o documento é porque na rubrica das intempéries e combate a fogos florestais há aqui muitas verbas.

Também quero dizer que desde dois mil e quinze já perdemos no IRS cerca de cento e cinquenta mil euros por causa da decisão que tomámos, e bem, onerando as famílias em função do número de filhos. Isto é que são Políticas Sociais.

Como disse o Dr. João Ramalhete, eu quando entrei aqui para a Câmara as Bolsas de Estudo tinham uma verba de oito mil euros e hoje a Câmara Municipal distribui cinquenta mil euros em apoios nas Bolsas de Estudo. Não havia Programas de Incentivo à Natalidade, e respondendo ao Eng.º Rafael, este Programa de Incentivo à Natalidade apoia a vacinação infantil.

Também quero dizer que o Estado também tem obrigações e eu não estou aqui para desonerar o Estado das obrigações que tem.

A Unidade Móvel de Saúde, a partir de janeiro, vai deixar de percorrer só a parte Sul do Concelho, e irá às aldeias mais distantes para aproximarmos os Cuidados de Saúde a todos os cidadãos. Esta Unidade Móvel de Saúde serve os que mais precisam e aqui são utilizadas verbas da rubrica de apoio social.

Dizer ainda que não há Orçamentos perfeitos e que o Orçamento tem uma dimensão que é difícil de concretizar.

Este é um Orçamento que tem muita flexibilidade e é um Orçamento aberto a grandes desafios e a capacidade de os concretizar, ou não, é deste Executivo e, por isso, este Executivo tem o compromisso de lutar por eles. Mas há muitas decisões que não estão nas nossas mãos.

É bom termos ambição e mau seria se eu tivesse aqui um Orçamento diminuto sem dar respostas às pessoas.

Quando acusam que este Orçamento é o Orçamento da Cidade de Oliveira do Hospital e que deixa as Freguesias para trás isso é uma falácia porque até parece que alguns não queriam que utilizássemos a capacidade negocial que tivemos para irmos buscar verbas ao PEDU.

Devemos ter orgulho desta capacidade negocial.

Dizer ainda que não abandonámos as nossas aldeias até porque estamos a retirar todas as fossas sépticas nos pequenos núcleos neste investimento global de mais de três milhões de euros. Isto é obra, não é ficção, não é só dialética, é concretização dos atos.

Nós temos feito obra física, não pela capacidade financeira da Câmara Municipal mas pela capacidade que temos de recorrer aos Programas de Financiamento onde conseguimos uma participação de 85%.

Quero também dizer que Eng.º Rafael às vezes acha que é mais importante que os outros Deputados porque hoje houve muitos Deputados a quem eu não respondi. Eu não tenho medo das suas perguntas, nem medo de o enfrentar no debate de ideias, tal como o Senhor também não terá de mim.

Dizer-lhe ainda que o Orçamento Participativo Jovem também consta do nosso Plano e Orçamento.

Dizer também que a Câmara Municipal atribui os manuais escolares a todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo. Pergunto-lhe porque é que vamos pagar os manuais ao 2º Ciclo, conforme a sua proposta, e não pagamos ao 3º Ciclo e ao Secundário? Qual é o seu critério? Hoje o ensino obrigatório é até ao 12º Ano.

Nós temos competências próprias e já pagamos muitas coisas em áreas que não temos responsabilidades.

Ao Nuno Filipe, e sobre as obras em Oliveira do Hospital quero dizer o seguinte: Nós queremos as nossas aldeias com qualidade mas é fundamental percebermos como é que isto funciona.

Oliveira do Hospital terá que ser sempre um pólo aglutinador em relação às nossas próprias Freguesias. Ninguém duvide disso.

Quanto melhor tivermos a cidade de Oliveira do Hospital melhor Concelho teremos, não é abandonando as aldeias, mas o desenvolvimento quer queiram, quer não, passa por uma reestruturação diferente da própria Cidade.

Aquilo que vamos fazer é um grande debate para planificar Oliveira do Hospital e sobre o futuro do Concelho em termos do seu desenvolvimento integrado.

Relativamente às obras da rua Dr. Virgílio Ferreira eu há pouco já dei esse esclarecimento: O Concurso decorreu mas a empresa que ficou em 2º lugar não concordou com os critérios e foi para Tribunal. Esta semana saiu a sentença e ganhámos em toda a linha. Ontem levámos a adjudicação novamente à reunião de Câmara. Foi aberto novo concurso público.

É por causa destes problemas que às vezes falham os níveis de execução de obras.

Mau seria se não conseguíssemos essas verbas para melhorar e modernizar o Concelho todo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XVIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as

Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2018/2021 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2018 e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2018 que, nos termos da linha a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento, que foi aprovado por maioria, com cinco votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto XIX - Apreciação e votação da proposta de isenção do IMI dos prédios destruídos pelo incêndio de 15 de outubro de 2017, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este processo de isenção de IMI tem algumas particularidades nomeadamente a duração da isenção que é de três anos.

No ano de 2018 há pessoas que ainda vão pagar IMI mas depois serão reembolsadas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Vou recuar até ao Ponto II: No Ponto II, a Sra. Deputada Sofia, do PSD, disse e de forma bem explícita que o Executivo tomava muitas vezes opções que iam ao encontro daquilo que os mais abastados poderiam querer e não ao encontro do que os mais pobres queriam.

No Ponto anterior, o Sr. Deputado João Esteves, apontou algumas falhas ao Orçamento pela falta de apoio à juventude e a falta de apoios sociais.

Ora bem, os Srs. Deputados não têm estado a viver no mesmo Concelho que eu nos últimos oito anos.

Se fossem representantes do Partido Comunista Português ainda poderia entender, com alguma dificuldade, as críticas que teceram mas, não tendo essa honra, eu não as percebo.

Vós representais o Neoliberal Partido Social Democrata.

Vós representais e apoiastes o partido que dilacerou a classe média nos quatro anos que governou. O Partido que sobrecarregou a classe média com impostos. O Governo mais austero da nossa democracia.

Para os Srs. Deputados do PSD, a isenção do IMI às casas que foram destruídas pelos incêndios, é a prova que este Município não anda aí a apoiar os mais ricos como vieram aqui dizer.

Isto demonstra que as vossas palavras foram irrefletidas.

O Partido Socialista vai votar a favor a isenção do IMI e vamos seguir as nossas matrizes ideológicas com muito orgulho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto, como é óbvio, vamos votar favoravelmente porque também era uma das nossas propostas mas como foi ontem aprovada em reunião de Câmara não fazia sentido apresenta-la aqui.

Votamos favoravelmente como até saudamos esta medida.

Quanto ao Deputado Sebastião digo apenas que não somos representantes dignos do PCP mas o Senhor é porque ao votar contra no Voto de Pesar ao grande empresário Belmiro de Azevedo demonstrou bem qual é a sua ideologia política. Dá-me a ideia que está aqui a representar o PCP e não o PS.

Dizer também ao Sr. Presidente de Câmara que relativamente à nossa proposta dos manuais escolares, o nosso critério é simples: O Governo assumiu o pagamento dos Manuais Escolares do 1º Ciclo.

O critério é simples: A verba que ficou disponível, porque os Manuais Escolares do 1º Ciclo agora são pagos pelo Governo, deveria passar para os Manuais Escolares do 2º Ciclo.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado, não voltam a acontecer situações destas!

Da próxima vez corto-lhe a palavra. Eu não lhe tinha dado a palavra para abordar assuntos colaterais ao ponto em discussão. Considero um desrespeito que tenha voltado a um tema que eu tinha considerado encerrado.

Isto é para si e é para toda a gente!

Também quero dizer que para além das pessoas terem todo o direito de fazer as suas manifestações políticas também é verdade que tem de haver moderação na forma como, às vezes, as questões são colocadas.

Parece-me que temos de ter isso em consideração!

Ficam a saber que não sou uma pessoa que me acomodo a tudo. Vão começar a conhecer o meu estilo.

Há situações com as quais eu não vou compactuar.

Vamos ficar entendidos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XIX - Apreciação e votação da proposta de isenção do IMI dos prédios destruídos pelo incêndio de 15 de outubro de 2017, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro., que foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Só não queria deixar terminar esta sessão sem fazer aqui uma proposta que espero não cause constrangimentos a ninguém mas, por outro lado, gostava que fosse aprovada por todos.

Gostava que, hoje, todos nós entregássemos a nossa Senha de Presença à Conta Solidária do Município.

Deixo à vossa Consideração e à Consideração da Mesa.

A proposta é que todos entregássemos, hoje, a nossa Senha de Presença à Conta Solidária do Município.”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A proposta em concreto é: Entregar à conta Solidária do Município a Senha de Presença e abonos de deslocação desta Sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017.

A reação parece-me favorável mas tenho que pôr a proposta à votação.”

Efetuada a votação, a proposta para entregar à conta Solidária do Município a Senha de Presença e abonos de deslocação desta Sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Para finalizar quero desejar a todos um bom ano de 2018, nas nossas vidas pessoais, na nossa vida política e na nossa actividade cívica.

Que sejamos capazes de contribuir para reconstruir o nosso Concelho.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____